



FUNDAÇÃO ESPERANÇA UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES: ano exercício de 2016.

**Casa dos Conselhos**  
Recebido em: 28/04/17  
Hora: 9:59  
Assinatura

Santarém/PA  
2017

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
COMARCA DE SANTARÉM  
Coordenação das Promotorias de Justiça do  
Polo Baixo Amazonas

**RECEBIDO**  
Protocolo nº 159 / 2017  
EM 28/4/17 AS 09:25  
Elnaldo  
SERVIDOR DO MP/PA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR DE JUSTIÇA DA  
COMARCA DE SANTARÉM-PA.**

**FUNDAÇÃO ESPERANÇA, INSTITUIÇÃO PRIVADA, DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**, estabelecida com base no Decreto 86.174 de 02 de julho de 1981, **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78**, com sede sito à Rua Coaracy Nunes, Nº 3344, bairro Caranazal, CEP. 68.040-100, inscrita no CNPJ Nº 05.409.222/0001-86, na oportunidade representada por seu **PRESIDENTE EMMANUEL SILVA**, portador do CPF Nº 047.726.952-49 residente e domiciliado à Av. Rui Barbosa Nº 2935, Bairro Laginho, CEP. 68.040-000, nesta cidade de Santarém-Pará, vem respeitosamente perante Vossa Excelência aduzir o seguinte:

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, determina que, as Fundações, devam a luz que estabelece o artigo 66 do Diploma retro mencionado, apresentar o Relatório de Atividades a este órgão para análise, e posterior aprovação.

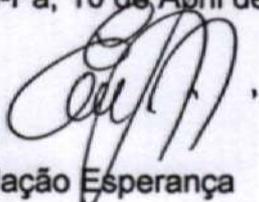
Desta forma, visando o cumprimento da obrigação legalmente estabelecida, apresenta nesta oportunidade a documentação referente ao **exercício de 2016**, para análise, e posterior aprovação.

Segue em anexo, o relatório de atividades e balanços financeiros do exercício citado.

N. Termos,  
P. Deferimento.

Santarém-Pa, 10 de Abril de 2017

Emmanuel Silva  
Presidente Fundação Esperança



**AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**

**FUNDAÇÃO ESPERANÇA, INSTITUIÇÃO PRIVADA, DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**, estabelecida com base no Decreto 86.174 de 02 de julho de 1981, **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei N° 4.789 – 04/09/78 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei N° 7.714 – 20/04/78**, com sede sito à Rua Coaracy Nunes, N° 3344, bairro Caranazal, CEP. 68.040-100, inscrita no CNPJ N° 05.409.222/0001-86, na oportunidade representada por seu **PRESIDENTE EMMANUEL SILVA**, portador do CPF N° 047.726.952-49 residente e domiciliado à Av. Rui Barbosa N° 2935, Bairro Laguinto, CEP. 68.040-000, nesta cidade de Santarém-Pará, vem respeitosamente perante Vossa Excelência aduzir o seguinte:

A Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, determina que, as Fundações, devam a luz que estabelece o artigo 66 do Diploma retro mencionado, apresentar o *Relatório de Atividades* a este órgão para análise, e posterior aprovação.

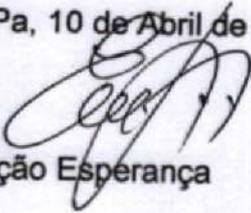
Desta forma, visando o cumprimento da obrigação legalmente estabelecida, apresenta nesta oportunidade a documentação referente ao **exercício de 2016**, para análise, e posterior aprovação.

Segue em anexo, o relatório de atividades e balanços financeiros do exercício citado.

N. Termos,  
P. Deferimento.

Santarém-Pa, 10 de Abril de 2017.

Emmanuel Silva  
Presidente Fundação Esperança



## AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMASS

**FUNDAÇÃO ESPERANÇA, INSTITUIÇÃO PRIVADA, DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**, estabelecida com base no Decreto 86.174 de 02 de julho de 1981, **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78**, com sede sito à Rua Coaracy Nunes, Nº 3344, bairro Caranazal, CEP. 68.040-100, inscrita no CNPJ Nº 05.409.222/0001-86, na oportunidade representada por seu **PRESIDENTE EMMANUEL SILVA**, portador do CPF Nº 047.726.952-49 residente e domiciliado à Av. Rui Barbosa Nº 2935, Bairro Laginho, CEP. 68.040-000, nesta cidade de Santarém-Pará, vem respeitosamente perante Vossa Excelência aduzir o seguinte:

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, determina que, as Fundações, devam a luz que estabelece o artigo 66 do Diploma retro mencionado, apresentar o Relatório de Atividades a este órgão para análise, e posterior aprovação.

Desta forma, visando o cumprimento da obrigação legalmente estabelecida, apresenta nesta oportunidade a documentação referente ao **exercício de 2016**.

Segue em anexo, o relatório de atividades e balanços financeiros do exercício citado.

N. Termos,  
P. Deferimento.

Santarém-Pa, 10 de Abril de 2017.

Emmanuel Silva  
Presidente Fundação Esperança

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Quadro demonstrativo de Gratuidade
- Quadro 2 – Quadro demonstrativo de benefícios para assistência social
- Quadro 3 – Quadro demonstrativo das atividades executadas pelos trabalhadores
- Quadro 4 - Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios no Centro da Criança.
- Quadro 5 - Quadro demonstrativo das atividades complementares realizadas no Centro da Criança.
- Quadro 6 - Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios em assistência educacional.
- Quadro 7 - Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios do Centro de Assistência à Mulher.
- Quadro 8 - Quadro demonstrativo dos serviços gratuitos e valores do Laboratório de Análises Clínicas.
- Quadro 9 - Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios do Programa Odontológico.
- Quadro 10 – Quadro relatório de atividades LABIESPES
- Quadro 11 - Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios/ Consultas Médicas e de Enfermagem / Projeto Quilombo..
- Quadro 12 - Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios/ Consultas Médicas e de Enfermagem /Projeto Quilombo..
- Quadro 13 – Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios Projeto Quilombo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
	Fundação Esperança	10
<b>2</b>	<b>FINALIDADES ESTATUTÁRIAS.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Missão.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>Valores .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>FUNDAÇÃO ESPERANÇA - ASSISTÊNCIA À SAÚDE.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1</b>	<b>Clínica Médica.....</b>	<b>18</b>
3.1.1	Objetivo Geral.....	18
3.1.2	Objetivos Específicos.....	18
3.1.3	Público-Alvo.....	18
<b>3.2</b>	<b>Assistência à Criança.....</b>	<b>19</b>
3.2.1	Objetivos.....	19
3.2.2	Atividades executadas de assistência à criança.....	19
3.2.3	Público-Alvo.....	19
3.2.4	O Programa da criança.....	20
3.2.5	Vacinação.....	20
<b>3.3</b>	<b>Programa de Assistência à mulher.....</b>	<b>21</b>
3.3.1	Objetivos.....	21
3.3.2	Público-alvo.....	21
3.3.3	Atendimentos de enfermagem.....	21
3.3.4	Médico Ginecologista.....	21
3.3.5	Fisioterapia em Saúde da Mulher.....	22
<b>3.4</b>	<b>Laboratório de análises clínicas.....</b>	<b>23</b>
3.4.1	Objetivo geral.....	23
3.4.2	Público alvo.....	23
<b>3.5</b>	<b>Programa odontológico.....</b>	<b>24</b>
3.5.1	Objetivo geral.....	24
3.5.2	Objetivos específicos.....	24
3.5.3	Público alvo.....	24
<b>4</b>	<b>PROGRAMAS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>4.1</b>	<b>Centro de Educação Profissional Esperança - CEPES</b>	<b>26</b>
4.1.2	Objetivo Geral .....	27

4.1.2.1	Objetivos Específicos.....	27
4.1.3	O Programa de Bolsa de Estudo Integral oferecido pelo CEPES.....	27
<b>4.2</b>	<b>Instituto Esperança de Ensino Superior.....</b>	<b>29</b>
4.2.1	Missão/ IESPES.....	30
4.2.2	Os cursos de graduação ofertados pelo IESPES em 2016 foram: .....	30
4.2.3	O Programa de Bolsa de Estudo Integral oferecido pelo IESPES Integral 100% e parcial 50% .....	31
4.2.4	A Pós-graduação com especialização Lato Sensu.....	33
4.2.5	Projeto de Educação ambiental para todos.....	34
4.2.5.1	Objetivos Gerais.....	34
4.2.5.1.1	Específicos.....	34
4.2.5.2	Atividades .....	35
4.2.5.3	Equipe do Projeto 2016-2017.....	35
4.2.5.4	Rotinas de trabalho - PEAT.....	36
<b>4.3</b>	<b>Projeto Esperança na Comunidade.....</b>	<b>72</b>
4.3.2	Objetivo Geral .....	72
4.3.3	Objetivos Específicos.....	72
4.3.4	Público-alvo.....	72
4.3.5	Metodologia / Atividades desenvolvidas.....	72
<b>4.4</b>	<b>Projeto Saúde Esperança.....</b>	<b>76</b>
4.4.1	Objetivo Geral.....	76
4.4.2	Público alvo.....	76
<b>4.5</b>	<b>Projeto Quilombo – Saúde comunitária.....</b>	<b>77</b>
4.3.1	Objetivo Geral.....	77
4.3.2	Objetivos Específicos.....	77
4.3.3	População Alvo.....	77
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>

## **ANEXOS**

## INTRODUÇÃO

### *O Legado de Frei Lucas*

*"Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes". Mateus 25:40*

### A vocação

James Tupper teve contato com a pobreza extrema pela primeira vez em 1960. Aos 26 anos, recém-formado pela Faculdade de Medicina de Wisconsin, à época um oficial a bordo do navio quebra-gelo da Marinha dos EUA com destino à Antártida. Ele era curioso e inquieto, e descia em terra firme todas as vezes que o navio atracava ao longo da costa ocidental da América do Sul, visitando hospitais e os lugares empobrecidos das cidades. Nestes locais, ele viu o sofrimento que jamais esqueceria. Existiam famílias morando em barracas construídas em ilhas de lixo e com esgoto a céu aberto. Crianças com barrigas inchadas, ficavam sentadas e apáticas em frente de casas feitas de barro e pau, sem forças para brincar. Os adultos tossiam e cuspiam sangue.

Depois de cumprir suas obrigações militares, Dr. Tupper iniciou sua residência de cirurgia no Centro de Medicina da Universidade de Chicago. Ele amava a medicina, porém o sofrimento que ele testemunhou na América do Sul continuou a persegui-lo e, em 1963, desistiu de uma carreira promissora como cirurgião, em prol de sua vocação sacerdotal. Desta forma, decidiu ser um médico-missionário no Brasil. "Acho que este era o lugar onde Deus queria que eu estivesse", escreveu à sua mãe, antes de entrar para a ordem religiosa franciscana.

Durante a preparação para o sacerdócio, Tupper estudou latim e grego no Seminário São José, localizado em Oak Brook, no estado de Illinois. Ele concluiu o curso universitário em Filosofia, e ensinou primeiros socorros a voluntários do Corpo da Paz, em troca de curso intensivo de Português. Em 1968, chegou a Salvador, Bahia, para estudar Teologia. Tratava os enfermos nas favelas com pomadas e comprimidos.

### Mortes que poderiam ser evitadas

No período de setembro a dezembro de 1969, tendo completado seus exames de exercer a medicina no médico no Brasil, Dr. Tupper visitou Santarém, uma cidade portuária onde os rios Tapajós e Amazonas se encontram em uma área carente, localizada no coração da floresta amazônica. Neste período, viajou de comunidade em comunidade de barco, bicicleta, moto, jipe e a pé. Descobriu que, na Amazônia, doenças como queimaduras, picadas de cobra, apendicite e outras emergências médicas que poderiam ser tratadas facilmente na cidade eram, muitas vezes, fatais. Além do mais, havia menos de uma dúzia de médicos e dentistas



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

concentrados em apenas três cidades, tratando de 250 mil pessoas que viviam em grandes áreas, que na maioria das vezes, eram isoladas.

Ele trabalhava até 14 horas por dia. Tupper ficou consternado com a quantidade de sofrimento que o cercava: crianças com pés tortos que caminhavam com as laterais de seus tornozelos, deformações devido à má cicatrização dos ossos, lábios leporinos tão deformados que causavam mudez e boa parte da população jovem não tinha dentes.

As condições sanitárias eram deploráveis. Os esgotos contaminavam os lençóis freáticos que abasteciam o sistema de fornecimento de água. As crianças estavam desidratadas e em um estágio avançado de infecções intestinais causadas por vermes, ao ponto de não conseguirem caminhar ou até mesmo sentar.

Tupper se encontrou isolado, sem os devidos recursos de um hospital com ajuda especializada, medicamentos, instalações laboratoriais ou oxigênio. Ele achava que poderia fazer muito mais do que simplesmente assistir bebês morrendo nos braços de suas mães. Junto a ele, carregava uma Bíblia e um estetoscópio. Como médico, quando nada mais cabia fazer para salvar vidas, restava-lhe a Tupper, apenas, executar a extrema-unção aos filhos e confortar os pais. Para solucionar estes graves problemas de saúde, ele teria de responder duas perguntas; O que fazer? Por onde começar?

James Tupper encontrou as respostas na cidade de Monte Alegre, na margem norte do rio Amazonas. Ele foi convidado para a casa de uma humilde mulher, que morava numa vila vizinha, que estava chorando histericamente. Seus cinco filhos estavam com coqueluche e, dois dias antes, o caçula, uma criança, tinha morrido. Ela ficou sabendo que um médico estava por perto e decidiu encarar a floresta com os filhos pequenos com o objetivo de encontrá-lo. Durante o caminho, mais um dos seus filhos veio a falecer. Tupper ficou inconformado, pois sabia que coqueluche era uma doença grave, mas raramente fatal. Ao examinar as crianças, ele descobriu a razão. Além de coqueluche, eles também tiveram sarampo, pneumonia, malária e três tipos de infecções por vermes, que enfraqueceu o sistema imunológico.

Ele conseguiu salvar dois dos filhos, mas, infelizmente, porém um veio a falecer devido a tosse violenta e insuficiência respiratória. A morte comoveu Tupper. Uma mãe perdeu três filhos que poderiam ser salvos com apenas três inoculações que custariam menos do que 10 centavos americanos, na época.

### **Não está mais sozinho**

As mortes desnecessárias das crianças perseguiram Tupper no seu retorno para casa, logo após ser ordenado sacerdote. Na cerimônia no dia 7 de dezembro de 1969, ele escolheu 'Lucas' como seu nome religioso. São Lucas, o Evangelista é, segundo, a tradição, o autor do Evangelho de São Lucas e dos Atos dos Apóstolos - o terceiro e quinto livros do Novo Testamento. É o santo padroeiro dos médicos. Chamado por Paulo de "O Médico Amado"



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

(Colossenses 4:14), pode ter sido um dos cristãos do primeiro século que conviveu pessoalmente com os doze apóstolos.

Para captação de recursos e apoio logístico para sua batalha contra a miséria e a morte, "Frei Lucas" apelou à sua própria família e amigos. Sua irmã prometeu doar metade do salário que recebia como advogada. O irmão mais velho, John, um pároco em Michigan, pediu encarecidamente para que os membros da congregação compartilhassem suas bênçãos.

Em Phoenix (EUA), o irmão de Frei Lucas, Jerry, também um advogado, oficializou a campanha de Lucas, criando a organização sem fins lucrativos "Esperança Inc.". Outros doaram dinheiro, serviços e suprimentos médicos. Quando Luke voltou a Santarém, em abril de 1970, já não estava sozinho em sua luta.

Com dois adolescentes brasileiros que ele treinou para ajudá-lo como enfermeiros, lançou um programa de imunização. A equipe viajou de lancha de uma comunidade para outra. Dentro de cinco meses, 5.000 pessoas foram imunizadas.

O Oxford Committee for Famine Relief disponibilizou recursos para o programa e a Catholic Medical Mission Board (<http://www.cmmb.org/>) enviou vacinas e máquinas injetoras automáticas, o que permitiu um operador inocular mais pacientes em uma hora do que uma equipe médica com seringas e agulhas em um dia. Nos próximos dois anos, mais de 71 mil habitantes da Amazônia seriam imunizados contra as sete doenças principais.

Em Setembro de 1971, Lucas foi acompanhado pela Irmã Regina Wachowski, uma freira franciscana e técnica em radiologia de Chicago que tinha tido experiência em raio X e cirurgia. Dentro de semanas, a Irmã Regina entrou na floresta com sua própria equipe médica. Como Lucas, ela carregava uma rede e um mosquiteiro, vivendo e comendo com pacientes e moradores locais que ela ajudou.

Em suas caminhadas pelas comunidades da floresta, Lucas encontrou-se com um número impressionante de crianças e adultos que precisavam desesperadamente de cuidados relacionados à higiene bucal. A maioria nunca tinha visto uma escova de dente, muito menos um dentista. Muitos já haviam perdido todos os seus dentes. Depois de trabalhar o dia inteiro como médico, Lucas agora extraía dentes podres, à noite, com lanterna ou lamparinas de querosene.

Como o programa progrediu de comunidade em comunidade, Lucas adentrou cada vez mais na floresta, onde a distância e o isolamento complicavam os problemas médicos mais simples. Se estas pessoas não poderiam chegar a um hospital, ele pensou, "nós vamos ter que levar um hospital até eles".

Ele relatou sua preocupação para a sede da Esperança Inc., em Phoenix, nos Estados Unidos. Em dezembro de 1971 o conselho de administração comprou uma balsa semiova por US \$ 15.000 (quinze mil dólares), a ser convertida em um hospital flutuante.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

A paixão e intensidade de Lucas inspiraram um número crescente de americanos para sua causa. Win Stewart, um pastor de uma igreja Batista em Phoenix, renunciou a seu cargo na pastoral para dedicar-se à Esperança Inc. em tempo integral.

Em San Diego, um engenheiro largou o emprego para supervisionar a conversão do barco. Reservistas navais e civis trabalharam aos fins de semana e à noite para instalar o estimado de \$ 50.000 (cinquenta mil dólares) em equipamentos médicos doados ao barco hospital.

### **“Esperança” para os desesperançados**

Em junho de 1972, Frei Lucas recebeu a visita de Bill Dolan, um jovem franciscano estudante de medicina que conheceu em Illinois. Bill queria ver o que seria trabalhar como um médico-missionário. E ele rapidamente descobriu. Lucas o levou para uma comunidade na floresta, onde, três horas mais tarde, estavam juntos, e trabalharam até o anoitecer.

Dolan ficou maravilhado com a coragem e dureza do povo da Amazônia. Não era incomum para os pais viajarem dias de canoa para obter ajuda aos filhos. "Foi o suficiente para fazer seu coração chorar", diz Dolan. "Eles são os verdadeiros heróis."

Em outubro 1972, trabalhadores voluntários tinham ajudado Lucas e Irmã Regina a construir a "Clínica dos Pobres", em Santarém. A clínica logo se tornou um símbolo de esperança para aqueles que tinham aprendido a viver desesperançados.

Uma vez que Lucas foi chamado para um casebre onde um menino de nove anos chamado "Ivanildo" estava em coma, rodeado por parentes aguardavam sua morte. Doente há três dias, queixava-se de fortes dores de cabeça e vômitos. Após ficar inconsciente e espumando pela boca, o pai do jovem já havia comprado um caixão. Lucas, reconhecendo os sintomas de meningite, pegou o jovem febril e levou-o para a clínica. Enquanto Irmã Regina lutou para conter a febre do menino com álcool e gelo, uma sonda foi inserida na garganta do rapaz e medicamentos foram administrados direto no estômago. Lucas chamou, pelo rádio amador, um pediatra em Los Angeles para aconselhá-lo sobre o tratamento médico. Durante 48 horas, Irmã Regina e Lucas observaram o garoto, banhando-o em álcool para evitar infecções devido a extirpação de dezenas de vermes de seu corpo.

### **Ele viveu**

"Eu tenho duas mães", o jovem disse à Irmã Regina depois que ele havia se recuperado. "Minha mãe em casa e você."

Em 10 de Maio de 1974, o barco hospital, batizado de "Esperança", chegou à foz do Amazonas. Na parte inferior do barco de 65 pés foram instalados a sala de operação, clínica e laboratório. Já na superior estavam os alojamentos para a tripulação e para a equipe médica.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

Os cirurgiões começaram a chegar após alguns meses da viagem inaugural do Barco Hospital “Esperança”. O primeiro foi Ed Falces, um cirurgião plástico de San Francisco, que trouxe dois enfermeiros, um anestesista e um brasileiro residente em cirurgia plástica para ajudá-lo. Durante três semanas a equipe cirúrgica operou a bordo do barco todos os dias, tratando 41 doenças, incluindo lábios leporinos, pés tortos e membros retorcidos. O barco hospital “Esperança” agora tinha seu deck superior coberto com redes de pacientes em recuperação, era um navio-hospital.

Como os voluntários trabalhavam em seus “pequenos milagres”, Lucas tentou encontrar novos caminhos para chegar aos mais necessitados. Ele sabia que o “Esperança” poderia ter um cirurgião em tempo integral, e queria envolver mais brasileiros em seus programas de assistência médica. Em 1975 um voluntário americano chegou para ajudá-lo e fez seus dois objetivos possíveis.

Dr. Harry Owens tinha trabalhado com os esquimós no Alasca e servido no Brasil no navio-hospital “SS Hope”, e neste período aprendeu o português. Tinha algumas ideias sobre a formação de brasileiros. Owens concordou em ficar por dois anos. Diante disto, convencido de que ele estava deixando “Esperança” em boas mãos, em 1976, Frei Lucas começou uma residência na Ohio State University Hospital para se tornar um cirurgião-oftalmologista.

No final do ano, Dr. Owens firmou um convênio entre “Esperança” e a Universidade Federal do Pará para intensificar os cuidados de saúde na região amazônica. Voluntários do “Esperança” iriam ensinar brasileiros com formação em medicina, enfermagem e estudantes de nutrição, motivando-os a prática da interiorização. Em 1977, o “Esperança” lançou um programa para treinar os moradores brasileiros a se tornarem paramédicos. Após formados, esses ficariam com a missão de prestar assistência permanente na sua comunidade quando o “Esperança” seguisse para outra comunidade.

Lucas usou seu tempo livre no estado de Ohio, EUA, para incentivar os estudantes de medicina a doarem serviços ao mundo dos pobres. “Vocês têm uma carreira pela frente, que provavelmente abrangerá 30 anos”, afirmou Lucas para os estudantes. “Estou pedindo a vocês darem apenas um mês para seus irmãos e irmãs mais humildes.”

Após 10 anos de doação aos seus irmãos e irmãs na Amazônia, em 18 de setembro de 1978, Frei Lucas morreu aos 45 anos no Hospital de Columbus vítima de um acidente de trânsito.

*Por David L. Fortney*

*Tradução: Jullyana Franco e Micah Gregory*

*Revisão: Júlio César Pedrosa*



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

## Fundação Esperança

No Centro de Educação Profissional Esperança-CEPES e no Instituto Esperança de Ensino Superior- IESPES há um efeito positivo para a população em situação de vulnerabilidade e baixo poder aquisitivo, pois ambas ofertam Programa de Bolsa de Estudo, para os cursos Técnicos e de Graduação, observado a **Lei 12.686 de 15 de outubro de 2013**. Sendo que o CEPES oferta somente Bolsa de Estudo Integral (100%) para a comunidade santarena e municípios vizinhos, mediante análise do perfil socioeconômico. Enquanto que o IESPES oferta **Bolsas Parciais (50%) e Bolsas Integrais (100%) a comunidade acadêmica**, observando o perfil socioeconômico.

As entidades despontaram no município de Santarém, devido seus cursos serem inovadores e reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, no entanto as Clínicas de cunho curativo e preventivo da Mantenedora também continuam ofertando serviços de qualidade a população, sobre tudo as com baixo poder aquisitivo, pois seus preços são bem inferiores ao oferecido no mercado local.

Em atenção as **Leis 12.101 de 27 de novembro de 2009 e 12.686 de 15 de outubro de 2013, Decreto Nº 8.242 de 23 de maio de 2014**, a Fundação Esperança oferece 20% (vinte por cento) de sua receita efetivamente recebida em atendimentos laboratoriais gratuitos a população encaminhada pelas Unidades de Saúde do Município de Santarém, conforme Certidão do Secretario Municipal de Saúde em anexo, além de prestar outros serviços assistenciais de grande relevância gratuitamente.

Atualmente funcionam nas dependências da Fundação Esperança- Matriz a Clínica Médica, com atendimentos voltados a Criança, Ambulatoriais, Programas da Mulher, Laboratoriais de Análises Clínicas e Odontológicos. Em todos os atendimentos da clínica são oferecidos atendimentos gratuitos as Entidades Benéficas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Santarém - CMASS, que são: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Obras Sociais da Diocese de Santarém - Pastoral do Menor, Associação de Deficientes Visuais do Baixo Amazonas – ADEVIBAM.

As gratuidades concedidas para as entidades são benefícios não obrigatórios, e de grande valia para os beneficiados. O Projeto Quilombo, o qual é executado nas Comunidades Quilombolas ao longo do Rio Trombetas, é uma parceria com a Mineração Rio do Norte – MRN.

A Fundação Esperança e suas Filiais ao longo dos anos buscam intensificar seu papel como entidades beneficente de assistência social, contribuindo com o bem-estar social, visando a sua missão: "Melhorar a condição de vida da população através da educação, pesquisa, serviços em saúde, difusão de tecnologia na região Amazônica e intercâmbio com outros Estados e Países".



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

A Fundação Esperança é uma Entidade Beneficente de Assistência Social, tendo a Educação como área preponderante, e a Saúde e Assistência Social como áreas secundárias. Para efeito de Lei a Fundação Esperança regimenta-se nas lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, normatizada pelo decreto nº decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; alterado pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Portaria 1970/2011 do Ministério da Saúde.

A Fundação Esperança permanece como membro do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santarém, exercício 2016 a 2018.

No exercício de 2016 a **GRATUIDADE** da Fundação Esperança contabilizou **R\$ 5.119.371,89** (cinco milhões cento e dezenove mil trezentos e setenta e um reais oitenta e nove centavos), em prol da sociedade de Santarém-Pa, distribuídos por Instituição educacional IESPES e CEPES:

#### Quadro demonstrativo de Gratuidade

Quadro Nº 01

INSTITUIÇÃO	VALOR R\$
CEPES: Bolsas de Estudo.	R\$ 621.030,00
IESPES: Bolsas de Estudo.	R\$ 3.814,239, 00
Assistência a Saúde- Saúde.	R\$ 684.102,89
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.119.371,89</b>

Fonte: Fundação Esperança

Os benefícios não obrigatórios concedidos pelas Clínicas da Fundação Esperança totalizam **R\$ 88.098,50** (oitenta e oito mil e noventa e oito reais e cinquenta centavos), serviços ofertados na área da saúde para as Entidades Beneficentes de Assistência Social.

#### Quadro demonstrativo de benefícios para assistência social

CLÍNICA	VALOR R\$
Centro da Criança	R\$ 23.495,00



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

<b>Assistência Ambulatorial</b>	<b>R\$ 7.080,00</b>
<b>Centro de Assistência à Mulher</b>	<b>R\$ 3.120,00</b>
<b>Programa Odontológico</b>	<b>R\$ 37.010,00</b>
<b>Laboratório Análises Clínica sem SUS</b>	<b>R\$ 17.393,58</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 88.098,58</b>

Quadro Nº 02

Fonte: Fundação Esperança

As atividades executadas pelos colaboradores da Fundação Esperança, CEPES e IESPES, estão descritas neste Relatório e distribuídas da seguinte maneira:

#### Quadro demonstrativo das atividades executadas pelos trabalhadores

<b>Atenção Primária à Saúde</b>	<b>Atenção Secundária à Saúde</b>	<b>Programas Educacionais (CEPES e IESPES)</b>
1. Projeto Quilombo: Saúde Comunitária; 2. Centro da Criança.	1. Assistência Ambulatorial; 2. Assistência à Mulher; 3. Programa Odontológico; 4. Laboratório de Análises Clínicas.	1. <b>CEPES:</b> ➤ Programa de Bolsa de Estudo para os Cursos Técnicos; ➤ Encaminhamento para os CRAS da rede Municipal; 2. <b>IESPES:</b> ➤ Programa de Bolsa de Estudo 100% e 50% para os Cursos de Graduação; ➤ Projeto de Educação Ambiental para Todos; ➤ Projeto Educação Ambiental e Exercício da Cidadania no Ensino Fundamental. ➤ Encaminhamento para os CRAS da rede Municipal;

Quadro Nº 03

Fonte: Fundação Esperança



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

**A FUNDAÇÃO ESPERANÇA, CEPES E IESPES**, tem grande importância para a economia Santarena, pois possui 293 funcionários diretos, o que favorece a circulação de renda na cidade, hoje a Fundação Esperança leva esperança, dignidade, renda para os duzentos e noventa e três funcionários, para os alunos tanto, bolsistas quanto não bolsistas a Fundação Esperança traz a esperança de ter uma profissão, de terem um vida digna, e para as pessoas beneficiadas com os exames oferecidos aos pacientes encaminhados pela Secretaria de saúde de Santarém, a fundação oferece humanização, com a possibilidade de realizarem exames em tempo hábil, com eficiência e precisão, aos beneficiados através do Conselho Municipal de Assistência Social a Fundação Esperança, proporciona tratamento humanizado, inclusão social, respeito e dignidade.

#### 1. DADOS DA SEDE E SUAS FILIAIS:

<b>01 – Nome da Instituição: Fundação Esperança – Matriz</b>		
<b>02 – Endereço da Instituição: Rua Coaracy Nunes, 3344.</b>		
<b>03 – Bairro: Caranazal</b>	<b>04 – Município: Santarém</b>	<b>05 – UF: PA</b>
<b>06 – CEP: 68.040-100</b>	<b>07 – Cx. Postal: 222</b>	<b>08 – DDD – Telefone: (93) 3523-1940 / 3522-2726</b>
<b>09 – DDD – FAX: (93) 3523-1951</b>	<b>10 – CNPJ: 05.409.222/0001-86</b>	<b>11 – e-mail: <a href="mailto:fundacao.esperanca@yahoo.com.br">fundacao.esperanca@yahoo.com.br</a></b>
<b>01 – Nome da Instituição: Fundação Esperança – Centro de Educação Profissional Esperança – CEPES</b>		
<b>02 – Endereço da Instituição: Rua: Coaracy Nunes – 3315 – B.</b>		
<b>03 – Bairro: Caranazal</b>	<b>04 – Município: Santarém</b>	<b>05 – UF: PA</b>
<b>06 – CEP: 68.040-100</b>	<b>07 – DDD – Telefone: (93) 3529-2395</b>	
<b>08 – DDD – FONE FAX: (93) 3523-1951</b>	<b>09 – CNPJ: 05.409.222/0005-00</b>	<b>10 – e-mail: <a href="mailto:cepes@cepes.net.br">cepes@cepes.net.br</a></b>
<b>01 – Nome da Instituição: Fundação Esperança - Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES</b>		



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

02 – Endereço da Instituição:		
Rua Coaracy Nunes – 3315		
03 – Bairro:	04 – Município:	05 – UF:
Caranazal	Santarém	PA
06 – CEP:	07 – DDD – Telefone:	
68.040-100	(93) 3529 1760	
08 – DDD – FONE FAX:	09 – CNPJ:	10 – e-mail:
(93) 3529-1761	05.409.222/0004-29	<a href="mailto:secacademica@iespes.edu.br">secacademica@iespes.edu.br</a>

## 2. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS:

A **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** possui atividade preponderante na área da **Educação**, cujas principais finalidades seguem abaixo:

I. Promover de forma preponderante e de acordo com o que foi idealizado pela Sociedade dos Padres Franciscanos Missionários do Rio Tapajós e Esperança Incorporated de Phoenix, Arizona, EEUU, no desenvolvimento e no aprimoramento educacional na Região Amazônica, nos níveis técnico-profissionais e superior, através de institutos e organismos próprios dos quais participe como instituidora ou mantenedora, bem como o seu acesso pelas pessoas carentes da comunidade em que atua;

II. Desenvolver estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico, ecológico e tecnológico da região e do País;

III. Celebrar com organismos congêneres, instrumentos de convênios ou parcerias, que visem à promoção conjunta do desenvolvimento da educação;

IV. Instituir, apoiar, fomentar e gerir o Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES e o Centro de Educação Profissional Esperança - CEPES.

**Parágrafo Primeiro** – A **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** também desenvolve de forma secundária, atividades voltadas para a área da **Saúde e Assistência Social**, cujas principais finalidades seguem abaixo:

I. Promover assistência médica por meio de atendimentos ambulatoriais a toda comunidade, destinando parte deles, de forma gratuita, ao público alvo da legislação vigente que regulamenta o Terceiro Setor;

II. Incrementar a expansão de programas de saúde destinados ao bem estar biopsíquico do indivíduo e da comunidade, objetivando a interiorização da medicina preventiva;



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

III. Realizar exames laboratoriais de análises clínicas em que estiver habilitado a promover, de forma gratuita à população carente;

IV. Contribuir para promoção e a manutenção da saúde bucal, tornando a clínica dentária uma referência de atendimento odontológico básico dentro do município de Santarém e do Pará;

V. Recrutar, selecionar e treinar pessoal para atividades no campo de saúde.

**Parágrafo Segundo – A FUNDAÇÃO ESPERANÇA** visando atingir sua missão, também desenvolve atividades de forma continuada, permanente e planejada, voltadas a promoção da **Assistência Social**, por meio das seguintes formas:

I. De atendimento visando prestar serviços, executar programas ou projetos e conceder benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos carentes e reconhecidamente pobres, nos termos da legislação vigente;

II. De assessoramento no sentido de prestar serviços e executar programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 12.435/10;

III. De defesa e garantia de direitos por meio da prestação de serviços e execução de programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme regula a referida lei 12.435/10.

**Parágrafo Terceiro – A FUNDAÇÃO ESPERANÇA** atenderá, guardados os limites legais e cumulados aos orçamentários, às seguintes diretrizes básicas:

I. A promoção de seus atendimentos será destinada em parte, para pessoas em estado de vulnerabilidade social, nos termos do LOAS, da Lei 12.101/2009 e do Decreto 7.237/2010, quais sejam, aquelas reconhecidamente pobres nos termos da lei;

II. Não fará distinção de raça, sexo, cor, idade, credo religioso ou político, bem como condição social, o que garantirá a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário;

III. Sua missão será desenvolvida de forma direta e/ou indireta por meio de parcerias com organismos congêneres, públicos ou privados, desde que reconhecidos como de utilidade pública pelo município de atuação.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

Serão responsáveis pela administração e fiscalização da **FUNDAÇÃO ESPERANÇA**:

I – A Assembleia Geral, II – A Diretoria; III – O Conselho Fiscal.

Os membros da Assembleia, da Diretoria e do Conselho Fiscal não perceberão qualquer remuneração, vantagem ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas neste artigo, não haverá incompatibilidade de prestação de serviços profissionais remunerados, desde que, não se confunda com qualquer atividades relacionada com a função diretiva ou de conselheiro, ante aos princípios constitucionais da liberdade do trabalho e isonomia de direitos.

#### IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome: EMMANUEL SILVA		CPF: 047.726.952-49	RG: 5810015/SSP-SP
Endereço: Av. Rui Barbosa, 2935/ Laguinho – Apto 501		Telefone: 093-3523-0599	
Município: Santarém		UF: Pará	CEP: 68.040-000
Cargo: Presidente	Início de Atuação: 23/04/2014		Término de Atuação: 23/04/2017
Nome: JOSÉ PINHEIRO LOPES JÚNIOR		CPF: 023.834.702-87	RG: 5666676/SSP-PA
Endereço: Av. Rui Barbosa, 1017 – Centro.		Telefone: (93) 3064-4771	
Município: Santarém		UF: Pará	CEP: 68.005-080
Cargo: Vice Presidente	Início de Atuação: 23/04/2014		Término de Atuação: 23/04/2017
Nome: IVANILSON JOSÉ MALHEIROS MONTEIRO		CPF: 09.739.992-87	RG: 2499555/SSP-PA
Endereço: Tv – DOS MARTIRES, 379		Telefone: (93)9975-1829	
Município: Santarém		UF: Pará	CEP: 68.005-540
Cargo: Tesoureiro	Início de Atuação: 23/04/2014		Término de Atuação: 23/04/2017
Nome: RENATO SIQUEIRA E DANTAS		CPF: 363.096.137-15	RG: 4474461/SSP-PA.
Endereço: Rua Galdino Veloso, Nº 197 – Centro - Apto 22		Telefone: (93) 3522-4847	
Município: Santarém		UF: Pará	CEP: 68.005-110
Cargo: Secretário	Início de Atuação: 23/04/2014		Término de Atuação: 23/04/2017



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

Nome: DENIS RODRIGO REGO MAIA		CPF: 067.552.322-20	RG: 3879866/SSP-PA
Endereço: Mendonça Furtado, 3927 (Morada Tropical)		Telefone: (93) 3522-4847	
Município: Santarém	UF: Pará		CEP: 68.040-050
Cargo: 2º Secretário	Início de Atuação: 23/04/2014	Término de Atuação: 23/04/2017	

## 2.1 Missão

Melhorar a condição de vida da população através da educação nos níveis técnicos e superior, desenvolver a pesquisa, além de prestar serviços em saúde, favorecendo a difusão de tecnologia na região amazônica e o intercâmbio com outros Estados e países.

## 2.2 Valores

- ✓ Tradição e democracia;
- ✓ Pioneirismo e desenvolvimento tecnológico;
- ✓ Crescimento individual e profissional;
- ✓ Voluntarismo;
- ✓ Participação da população beneficiada;
- ✓ Respeito a vida, honestidade e dedicação ao cliente;
- ✓ Eficiência e eficácia;
- ✓ Serviços de qualidade com baixo custo;
- ✓ Trabalho em equipe;
- ✓ Credibilidade, transparência e flexibilidade;
- ✓ Sensibilidade aos problemas da comunidade;
- ✓ Compromisso de servir a população e
- ✓ Responsabilidade social.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

### 3 FUNDAÇÃO ESPERANÇA - ASSISTÊNCIA A SAÚDE

#### 3.1 CLÍNICA MÉDICA

##### 3.1.1 Objetivo Geral:

➤ Oferecer serviços de saúde a nível secundário com qualidade à população enfatizando a saúde, educação, treinamento e tratamento.

##### 3.1.2 Objetivos Específicos:

- Apoiar os programas da Instituição;
- Diversificar especialidades médicas;
- Oportunizar intercâmbio profissional e
- Realizar educação em saúde à clientela.

3.1.3 Público-Alvo: Comunidade em geral e Membros das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

A Clínica médica da Fundação Esperança, atualmente oferece o exame de ultrassonografia, consultas médicas em clínica geral, nutricionista, ginecologista obstetra, fisioterapia pélvica (fisioterapia em saúde da mulher) e fonoaudiólogo. Também oferece consultas de enfermagem em ginecologia e planejamento familiar, além de coleta do PCCU (preventivo) com o Programa Saúde da Mulher.

O atendimento humanizado, que caracteriza tradicionalmente os serviços em saúde da Fundação Esperança, ganhou novos recursos. O atendimento à mulher foi reforçado com a realização do exame de ultrassonografia e colposcopia (exame do colo do útero através de um colposcópio), e procedimentos como pequenas cirurgias ambulatoriais em ginecologia.

Uma sala com estrutura necessária para realizações de fonoterapia (tratamento da voz) abrange o atendimento de fonoaudiologia.

A Clínica médica oferece atendimento gratuito aos membros das Entidades Beneficentes de Assistência Social, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. No ano de 2016 as Entidades beneficiadas foram: Associação dos Deficientes Visuais do Baixo Amazonas - ADEVIBAM; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE e Obras Sociais da Diocese de Santarém-Pastoral do Menor, Associação dos Deficientes Físicos – ADEFIS.

O ano encerrou com os seguintes dados **3.920** consultas médicas entre outros serviços, sendo **59** ofertadas gratuitamente, atendendo **59** pessoas. Os parceiros atendidos foram: ADEVIBAM com **08** consultas; APAE com **17** consultas; Pastoral do Menor com **34**.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

**Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios no Centro da Criança.**

ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO	N. ° DE ATENDIMENTOS
Total de Consultas Gratuitas	59
Total de Consultas Pagas	3.843
Total de Procedimentos Pagos	1.430
Total Geral	5.332
Valores abdicados em prol das entidades/comunidade	R\$ 7.080,00

Quadro Nº 04

Fonte: Fundação Esperança

### **3.2 Assistência à Criança**

#### **3.2.1 Objetivos**

- Diminuir a taxa de mortalidade infantil causada por desnutrição em crianças (0-5) zero a cinco anos de idade;
- Melhorar o estado nutricional: aleitamento materno exclusivo até 06 meses de idade, aleitamento materno prolongado até os 24 meses e alimentação complementar adequada com uso de suplemento alimentar;
- Aumentar a cobertura vacinal;
- Espaçar as gestações das mães;
- Melhorar o conhecimento das mães quanto aos cuidados domiciliares: diarreia, pneumonia, higiene e cuidados gerais, realizar tratamento adequado a doenças mais comuns, aumentar o conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento normal da criança.

#### **3.2.2 Atividades executadas de assistência à criança**

- Realizar acompanhamento sistemático no que tange ao desenvolvimento e crescimento saudável da criança;
- Promoção e incentivo ao aleitamento materno;
- Controle das doenças diarreicas, enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e causadora da mortalidade infantil;
- Alimentação complementar adequada, distribuição de suplemento alimentar;
- Sociabilidade e interação com outras crianças;
- Controle das doenças respiratórias agudas: pneumonia;
- Assistência à criança com doenças comuns;
- Imunização.

#### **3.2.3 Público Alvo : Crianças de 0 – 5 anos de idade.**



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

### 3.2.4 O Programa da Criança

Combater taxas elevadas de desnutrição e deficiências de vitaminas em crianças de 0 a 10 anos. Esse é o objetivo da Clínica de Criança da Fundação Esperança que oferece cuidados básicos de saúde, com orientação e consultas médicas. Também são avaliados os indicadores de saúde de cada criança atendida e são realizadas oficinas de educação nutricional, nas quais são produzidos e administrados suplementos alimentares, importantes para o desenvolvimento das crianças.

### 3.2.5 Vacinação

Os serviços de imunização e palestras preventivas sobre como prevenir as doenças típicas desta fase inicial da vida também são serviços ofertados no Centro de Criança.

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA em seu Art. 14 acena em seu Parágrafo Único: "É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Seguindo a esta doutrina o Centro atende e imuniza crianças de 0 a 5 anos, obedecendo o calendário anual do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Em 2016 o Programa da Criança, se efetivou através de 6.798 atendimentos. As modalidades ofertadas à clientela estão descritas no quadro abaixo:

**Quadro demonstrativo das atividades complementares realizadas no Centro da Criança.**

ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO	Nº de Atendimentos Pagos.	Nº de Atendimentos Gratuitos.	Nº de Atendimentos Geral.
Controle de peso das Crianças do Programa	4.316	249	4.565
Imunização (doses)	0	6.235	6.235
Consultas pediátricas	1.624	128	1.752
Peso Vacina (crianças do Programa)	0	2.767	2.767
Consulta de enfermagem	3.841	121	3.962
<b>VALOR ENVOLVIDO</b>		<b>R\$ 23.495,00</b>	<b>19.281</b>

Quadro Nº 05

Fonte: Fundação Esperança

Paralelamente promoveu assistência educacional em saúde para as mães assistidas pelo Centro.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

**Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios em assistência educacional.**

Atividades Complementares:	
Educação à Saúde / Participantes	9.862
Orientações Individuais	4.775

Quadro Nº 06

Fonte: Fundação Esperança

### **3.3 Programa de Assistência à mulher**

#### **3.3.1 Objetivos**

➤ Informar e assistir a clientela em suas necessidades de saúde através de serviços educacionais, preventivos à mulher ou casal em planejamento familiar e Ginecológico, proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida.

3.3.2 Público-alvo : Comunidade em geral e Associadas das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

O Programa Saúde da Mulher informa e assiste à mulher, ou casal, em ginecologia e planejamento familiar. São realizadas consultas médicas em ginecologia e pré-natal; consulta de enfermagem; prevenção e tratamento do câncer de mama e de útero; orientações sobre DSTs; planejamento familiar; procedimento de LEEP; coleta de exame papanicolau (preventivo); acompanhamento à menopausa e educação em saúde.

Os serviços oferecidos pelo Programa da Mulher estão distribuídos em três modalidades que são:

#### **3.3.3 Atendimentos de enfermagem**

- Consulta de enfermagem em planejamento familiar, ginecologia, prevenção e tratamento de doenças sexualmente Transmissíveis, Prevenção de Câncer de mama e colo uterino e Acompanhamento no Climatério/menopausa
- Coleta de exame Papanicolau e de secreções vaginais
- Realização de curativos vaginais

#### **3.3.4 Médico Ginecologista**

- Consultas em Planejamento Familiar, Ginecológica e Pré-Natal
- Procedimentos ambulatorial ginecológico: Colposcopia com laudo, conização de colo uterino, biópsias, cauterização, marsupialização da Glândula de Bartholting, Coleta para exame de captura híbrida.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

### 3.3.5 Fisioterapia em Saúde da Mulher

- Incontinência urinária
- Prolapso de bexiga (tanto antes e depois de cirurgia)
- Dor pélvica crônica

Os exames especializados como colposcopia, biópsia de colo uterino e tratamento ginecológico são atribuições da equipe que compõem o Centro. Atuam neste setor: **Técnicos em Enfermagem, Enfermeiros e Médicos Ginecologistas.**

O Programa de Assistência a Mulher realiza atendimento gratuito, a uma clientela que não pode custear uma consulta, são mulheres e adolescentes encaminhadas pelas Entidades Beneficentes de Assistência Social parceiras da Fundação Esperança. No decorrer do ano, as entidades beneficiadas foram: ADEVIBAM e Pastoral do Menor.

No corrente ano foram realizados **2.771** atendimentos/procedimentos no Programa da Mulher, sendo desses **36** ofertados gratuitamente as Entidades parceiras. Beneficiando, assim, **05** Associados da ADEVIBAM, **31** Membros da Pastoral do Menor.

Os serviços ofertados foram:

- **12 Consultas médicas - Ginecologista**
- **11 Consultas de Enfermagem**
- **13 Coletas de PCCU.**

**Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios do Centro de Assistência à Mulher.**

ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO	N. DE ATENDIMENTOS
Consultas Médica -Ginecologista	<b>12</b>
Consultas de Enfermagem	<b>11</b>
Serv. Ambulatorial (Coleta de PCCU)	<b>13</b>
<b>TOTAL DE ATENDIMENTO GRATUITO</b>	<b>36</b>
Total de Atendimentos Pagos	<b>2.625</b>
Total de procedimentos pagos	<b>110</b>
Total de Atendimentos (Geral)	<b>2.771</b>
<b>Valores Envolvidos em Gratuidades</b>	<b>R\$ 3.120,00</b>

Quadro Nº 07

Fonte: Fundação Esperança



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

### **3.4 Laboratório de Análises Clínicas**

#### **3.4.1 Objetivo Geral**

➤ Apoiar as atividades dos diversos Programas da Fundação Esperança, através da realização de exames laboratoriais com qualidade e baixo custo.

3.4.2 Público Alvo: Comunidade em geral, Associada das Entidades Beneficentes de Assistência Social e clientela do Sistema Único de Saúde-SUS, encaminhados pela Secretária Municipal de Saúde de Santarém.

O Laboratório de Análise Clínica da Fundação Esperança oferece qualidade e modernidade no atendimento, com assistência de baixo custo.

Participa do Programa de Excelência para Laboratórios Médicos (PELM).

São realizadas uma ampla variedade de exames. São eles:

- Hematologia
- Bioquímica,
- Uroanálise,
- Parasitologia,
- Micologia,
- Microbiologia,
- Citologia Oncótica

No ano de 2016, foram contabilizados **129.212** exames laboratoriais realizados aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde Santarém, sendo que com esses exames a Fundação Esperança aplicou 20% (vinte por cento), da receita **efetivamente recebida na prestação de serviço de saúde em gratuidade diretamente a comunidade, nos exatos moldes do inciso II do art. 9º da portaria 1.970/2011.**

O Valor dos exames gratuitos realizados no ano de 2016 aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal **R\$ 684.102,89 (seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e dois reais e oitenta e nove centavos)**, o que corresponde a 26,43% (vinte e seis vírgula quarenta e três por cento) da Receita Recebida, ou seja, bem mais do que determina a lei que é de no mínimo 20% de gratuidade da receita efetivamente recebida. Apesar de ultrapassar os 20% de gratuidade exigida por lei, apenas com os exames laboratoriais na aérea da saúde, a Fundação Esperança, ainda presta serviços gratuitos não obrigatórios em todos os seus programas, tendo como público alvo as Entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Santarém.

Assim, além dos exames laboratoriais aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santarém, no ano de 2016 também foram concedidos 154 exames gratuitos as entidades parceiras que são as Entidades



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Santarém, estes benefícios não obrigatórios, fora dos exames feitos para os pacientes encaminhados pela Secretária Municipal da Saúde.

**Quadro demonstrativo dos serviços gratuitos e valores do Laboratório de Análises Clínicas**

ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO	Nº DE BENEFICIADOS
Exames Laboratoriais Entidades Beneficentes	154
Laboratoriais Parceria SUS	129.212
Exames Laboratoriais pagos	23.345
<b>Total de Exames</b>	<b>152.711</b>
<b>Valores de benefícios não obrigatórios (Entidades)</b>	<b>R\$ 17.393,58</b>
<b>Valores de Gratuidade obrigatória-parceria SUS</b>	<b>R\$ 684.102,89</b>

Quadro Nº 08

Fonte: Fundação Esperança

### **3.5 Programa Odontológico**

#### **3.5.1 Objetivo Geral**

✓ Contribuir com trabalho em equipe para promoção e a manutenção da saúde bucal, tornando a clínica dentária principal local de atendimento odontológico básico dentro do município de Santarém e do Oeste do Pará.

#### **3.5.2 Objetivos Específicos:**

- ✓ Coordenar, avaliar e executar as atividades odontológicas;
- ✓ Reciclar equipe para o melhor desenvolvimento das ações odontológicas;
- ✓ Assistir instituições que trabalham com população que não tem acesso aos serviços de saúde bucal.
- ✓ Atualizar, aprimorar e viabilizar procedimentos/atendimentos para maior captação de clientes.

**3.5.3 Público Alvo: Comunidade em geral e Associados das Entidades Beneficentes de Assistência Social.**

A Clínica Odontológica está comprometida em fornecer serviços de alta qualidade e de prevenção a um preço acessível para aqueles que mais precisam. Os serviços incluem procedimentos odontológicos e de Raios-X. Nela também são realizadas consultas preventivas, como limpeza dentária, aplicações de flúor e



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

selantes. A Clínica conta com a colaboração com dentistas voluntários Internacionais.

O funcionamento da Clínica Odontológica Esperança é de segunda a sexta-feira, de 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

- Clínica Geral
- Restauração
- Profilaxia
- Extração
- Pediatria
- Ortodontia
- Tratamento de Canal
- Diagnóstico de lesões em boca
- Tratamento de pacientes com necessidades especiais baixa renda.

A equipe profissional é composta por: Auxiliar Dentário – ACD, Técnico em Saúde Bucal, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, e odontólogos.

A Fundação Esperança através do Programa Odontológico promove assistência à saúde bucal ao público em geral, com preço abaixo do mercado município, não o bastante oferece tratamento gratuito a crianças/adolescentes encaminhados pelas Entidades Beneficentes de Assistência Social, são: **Pastoral do Menor, entidade social que promove amparo a crianças/adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, prestando atendimento de orientação e apoio sócio-familiar e sócio-educativo em suas dependências; e também a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e ADEVIBAM.** E desta forma contribui com o sorriso de crianças/adolescentes e adultos atendidos pelas entidades beneficentes.

No ano de 2016 foram realizados **16.705** Procedimentos Dentários, sendo desses, **782** Procedimentos ofertados gratuitamente a **513** Membros e Associados de Entidades Beneficentes de Assistência Social, inscritos no Conselho municipal de Assistência Social de Santarém os procedimentos Odontológicos gratuitos mais executados foram:

- 138 Profilaxias (Limpeza e aplicação de flúor),
- 115 Prevenções adultas (controle de placa dentária, aplicação de selante, verniz),
- 110 Prevenções infantis (controle de placa dentária, aplicação de selante, verniz),
- 80 Restaurações com resina em Adultos.
- 20 Restaurações com resina em Criança,
- 319 Outros procedimentos



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

No geral o Programa Odontológico realizou **10.803** atendimentos.

Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios do Programa Odontológico.

ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO	N.º DE ATENDIMENTOS.
Procedimentos Odontológicos Gratuitos	782
Procedimentos Odontológicos Pagos	15.923
<b>Total de Procedimentos (Geral)</b>	<b>16.705</b>
<b>Valores Envolvidos em Procedimentos Gratuitos.</b>	<b>R\$ 37.010,00</b>

Quadro Nº 09  
 Fonte: Fundação Esperança

#### 4 PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A Fundação Esperança ao expandir suas atividades para a educação demonstra sua preocupação com um dos principais pilares de uma sociedade. Muito se fala em educação, no entanto, mesmo com todos os esforços, o Brasil ainda caminha a passos lentos e mais lentos é o da Região Norte. Todavia, este quadro vem passando por transformações. Outrora a educação superior e cursos técnicos eram privilégios das capitais, mas podemos observar que o contexto está mudando, principalmente com a implantação de Cursos Técnicos, Institutos Superiores e Faculdades particulares nesta região. E a Fundação Esperança foi uma das pioneiras, pois acreditou no potencial dos moradores da região.

O Centro de Educação Profissional Esperança (Cepes), em 2016 comemorou os 20 anos de desenvolvimento de atividades no âmbito da educação, atualmente oferta 08 cursos a nível técnico e uma Especialização a nível técnico. O IESPES oferta oito graduações e três cursos tecnológicos. Existe também a oferta de 10 cursos de Pós Graduação. Anualmente o CEPES e o IESPES entregam para a sociedade santarena profissionais competentes, para assumirem as diferentes vagas de trabalho na Região Norte.

Todo esse processo é fomentado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nº 9.394/96 que enfatiza em seu Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

##### 4.1 CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESPERANÇA – CEPES.

Rua: Coaracy Nunes, 3344 – Caranazal – Caixa Postal 222 CEP: 68040-100 – Santarém –Pará – Brasil  
 Fone: (093) 3523-1940 - Email: fundacao.esperanca@yahoo.com.br



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

**CNPJ:05.409.222/0005-00**

**EXERCÍCIO: 2016.**

4.1.2 Objetivo geral: Proporcionar à região Oeste do Pará formação técnico-profissional do educando integrada ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

#### 4.1.2.1 Objetivos Específicos

- ✓ Desenvolver a capacidade de aprender o fenômeno de cada competência e habilidade na sua dimensão teórica e prática;
- ✓ Habilitar o profissional técnico e teoricamente em conhecimentos gerais e específicos de cada profissão;
- ✓ Desenvolver conhecimentos e experiências entre pesquisadores das diversas áreas dos cursos para formar grupos de pesquisa e redes de informação;
- ✓ Estabelecer canais de comunicação entre Instituições de Educação Profissional Tecnológico e Organizações Empresariais para promover o permanente intercâmbio CENTRO-EMPRESA;
- ✓ Utilizar os laboratórios de ensino e das empresas parceiras neste processo como instrumento de formação e de realização de experiências inovadoras e empreendedoras;
- ✓ Estimular e apoiar o empreendedorismo nos diferentes cursos propostos propiciando o crescimento baseado na multiplicação das iniciativas econômicas através das empresas;
- ✓ Tornar o CEPES um centro de excelência na educação profissional e referência para a Região;
- ✓ Implementar a gestão participativa;
- ✓ Promover a formação integral do ser humano, através dos seus cursos de formação, estimulando a produção cultural e o desenvolvimento do senso crítico e do pensamento reflexivo;
- ✓ Promover a educação profissionalizante contextualizada com a Região Amazônica, objetivando o seu desenvolvimento e sua melhor inserção no contexto nacional, sem perder a perspectiva da universalidade do conhecimento.

#### ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Área Exata: Informática;

Área Biológica: Saúde e Segurança no Trabalho, Análises Clínicas, Farmácia, Saúde Bucal e Técnico em Enfermagem.

4.1.3 O Programa de Bolsa de Estudo Integral oferecido pelo CEPES



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

Anualmente, possibilitar a inclusão de jovens e adultos, com baixo poder aquisitivo, na educação técnica, com total isenção das mensalidades. No entanto o candidato é submetido a análise da Comissão de Bolsa Institucional.

Para a execução do Programa de Bolsas a equipe faz uso de diferentes instrumentos, que são: Edital, Entrevista Individual, Análise do Questionário Socioeconômico e a Visita Domiciliar.

A entrevista é o primeiro contato que o candidato tem com a equipe técnica, Assistente Social, sendo o momento oportuno para expor sua situação socioeconômica. Esta é de suma importância, porque nesta ocasião o candidato pode esclarecer qualquer dúvida que venha ser identificada no preenchimento do questionário socioeconômico, tendo este à oportunidade de retificar as informações prestadas por falta de entendimento.

A Visita Domiciliar é um importante instrumental, nela é possível o contato com a família e uma visão mais próxima da realidade vivenciada por ela. É um momento de diálogo, no qual o profissional de Serviço Social pode contribuir com orientações; encaminhamentos quanto a alguns direitos sociais.

A análise dos questionários obedecem critérios estabelecidos no Edital do Programa de Bolsa de Estudo, os principais são:

- ✓ Ser brasileiro, não portador de Diploma de Curso Superior;
- ✓ Não estar cursando nenhuma Graduação;
- ✓ Não possuir outro Curso Técnico;
- ✓ Não estar cursando outro Curso Técnico;
- ✓ Não ter outro tipo de apoio financeiro. Ex: (Fies, Prouni, bolsa trabalho, bolsa de empresa, bolsa sindicato e etc.);
- ✓ Estar em dia com responsabilidade cidadã (voto, participação em trabalhos comunitários) entre outros;
- ✓ Não possuir parentesco em primeiro grau, com funcionários do Grupo Fundação Esperança. (Ex.: pais, conjugue e filho);
- ✓ Não possuir irmão (ã) bolsista;
- ✓ **Bolsas Integrais (100%):** Renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo comprovado (01 SM).

Passado o período de análise e seleção dos candidatos o CEPES publica o nome dos selecionados, no site e na própria instituição, estes são informados do prazo para habilitar-se a vaga, sem custo algum. Os novos bolsistas são convidados a participar da Reunião, nesta é exposto os critérios de permanência no Programa, e na ocasião o Termo que celebra o compromisso do aluno com a Instituição é assinado.

O mais valioso trabalho do CEPES é formar profissionais competentes, articuladores e comprometidos com valores humanistas, observado os valores da instituição:



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

- Ética e comprometimento com a qualidade;
- Universalidade do conhecimento e fomento a interdisciplinaridade;
- Contextualização e compromisso social dentro das novas competências do ensino profissional;
- Planejamento/avaliação como princípio orientador da prática institucional;
- Gestão democrática;
- O ensino por competência articulando o “saber”, “saber fazer”, “saber ser”.

Com sua missão que visa contribuir para o desenvolvimento da região, com a oferta de educação profissional no que tange à qualificação e requalificação da população em idade economicamente ativa, articulando um saber comprometido com a justiça e a solidariedade e contribuindo para o exercício pleno da cidadania

mediante a formação humanista, crítica e reflexiva, o Centro de Educação Profissional Esperança, ofertou em média 202 bolsas integrais para os cursos técnicos oferecidos pelo CEPES.

O valor em gratuidade do CEPES no ano de 2016, foi de R\$ 621.030,00 (seiscentos e vinte e um mil e trinta reais), o que corresponde a 33,36% de sua receita recebida.

#### **4.2 INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR – IESPES**

**CNPJ: 05.409.222/0004-29**

**EXERCÍCIO: 2016**

##### **OBJETIVOS:**

- Promover a formação integral do ser humano, através dos seus diversos cursos de graduação, estimulando a produção cultural e o desenvolvimento do senso-crítico e do pensamento reflexivo;
- Qualificar profissionais, nas diversas áreas de conhecimento, aptos para a inserção nos setores produtivos da sociedade civil, que possam contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e sua formação contínua;
- Otimizar ações que ampliem a interface do ensino superior com a sociedade civil, visando a difusão dos conhecimentos naquela produzidos;
- Estimular a iniciação à pesquisa, buscando o desenvolvimento do saber científico, com base numa visão integral do ser humano e do meio em que está inserido;
- Promover a educação superior contextualizada com a Região Amazônica, objetivando o seu desenvolvimento e sua melhor inserção no contexto nacional, sem perder a perspectiva da universalidade do conhecimento.

#### **IESPES-Instituto Esperança de Ensino Superior.**



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

O Instituto Esperança de Ensino Superior em 2016 comemorou seus quinze anos de desenvolvimento de atividades no âmbito da educação, hoje possui 14 cursos de graduação reconhecidos pela qualidade e, por isso, com destaque no mercado de trabalho, em Santarém e na região. O corpo docente é formado por professores especialistas, mestres e doutores. A boa avaliação dos cursos pelo Ministério da Educação (MEC) garante a credibilidade do ensino, da pesquisa e da extensão ofertados pelo IESPES. Região Norte.

O IESPES possui 14 cursos de graduação, reconhecidos em Santarém e na região nas áreas de Licenciatura Pedagogia; Bacharelado administração, Bacharelado Farmácia, Bacharelado Enfermagem, Bacharelado Ciências Contábeis, Comunicação Social/Jornalismo; Psicologia, Fisioterapia, Bacharelado Biomedicina e Tecnólogo Radiologia, Tecnólogo Redes de computadores, Tecnólogo Gestão Ambiental, Tecnólogo Logística, Tecnólogo Estética e Cosmética.

#### 4.2.1 Missão/ IESPES

Contribuir para o desenvolvimento da região Amazônica articulando um saber comprometido com a justiça e a solidariedade para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanista, crítica reflexiva.

Valores:

- Ética e comprometimento com a qualidade;
- Universidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
- Contextualização;
- Planejamento/avaliação como princípio orientador da prática institucional;
- Gestão democrática.

Em parceria com diversas instituições os acadêmicos com orientações dos docentes, a cada semestre, realizam pesquisas e intervenções (palestras, treinamentos, procedimentos na área da saúde, orientações, campanhas de sensibilização, atividades sociais, etc.) em diversos bairros da cidade de Santarém.

Sua estrutura física detém de um projeto moderno, com adaptações a pessoas portadoras de necessidades especiais. Que a cada ano é ampliado para melhor atender a sua clientela.

#### 4.2.2 Os cursos de graduação ofertados pelo IESPES em 2016 foram:

- ✓ Licenciatura Pedagogia
- ✓ Bacharel em Administração
- ✓ Bacharel em Biomedicina
- ✓ Bacharel em Comunicação Social e Jornalismo
- ✓ Bacharel em Psicologia
- ✓ Bacharel em Farmácia
- ✓ Bacharel em Enfermagem
- ✓ Bacharel em Fisioterapia



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

- ✓ Bacharel em Ciências Contábeis
- ✓ Tecnólogo em logística
- ✓ Tecnólogo em Estética e Cosmética
- ✓ Tecnólogo em Gestão Ambiental
- ✓ Tecnólogo em Redes de Computadores
- ✓ Tecnólogo em Radiologia

#### 4.2.3 O Programa de Bolsa de Estudo Integral oferecido pelo IESPES Integral (100%) e parcial (50%)

A Educação Superior, que outrora estava restrita aos grandes centros urbanos, a mais de uma década estar presente no cotidiano da população do Oeste do Pará. E o IESPES contribui com esta interiorização, o que vem colaborando com o desenvolvimento da região. No entanto a inserção de jovens e adultos numa instituição de ensino superior nos remete a oportunidade e a situação socioeconômica. A Educação Superior infelizmente é restrita, e podemos apontar dois motivos: primeiro o número de vagas nas instituições públicas Federais/Estaduais insuficientes; segundo o valor das mensalidades nas instituições particulares.

O IESPES faz a diferença neste contexto, pois é uma instituição de ensino particular, no entanto atende as políticas das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Educação, observado a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, **LEI nº 12.868, de 15 de outubro de 2013**, normatizada pelo Decreto nº **DECRETO nº 8.242, de 23 de maio de 2014**; que revogou o Decreto nº **Decreto Nº 7.237, de 20 de julho de 2010** e alterado pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010.

Anualmente o IESPES publica o Edital para provimento de Bolsas de Estudo Parcial (50%) e Integral (100%). O edital é publicado no ano anterior ao exercício.

O candidato que protocolar o pedido de bolsa, deve fazer uso do instrumental, que é o questionário socioeconômico, anexando a documentação solicitada no edital fornecido pela instituição; esta será analisada e conferida pela comissão, o acadêmico que for selecionado para as próximas fases após análise criteriosa da comissão, estará apto para segunda fase do processo que será entrevista com a Assistente Social, não havendo objeções este passará para a terceira e última fase que também é eliminatória, que será a visita domiciliar por membros da Comissão de Gratuidade o qual também será acompanhada pela Assistente Social, concluída as três etapas Comissão publica a lista dos contemplados com base nos critérios estabelecidos em edital.

A divulgação dos nomes é feita no Site e nos murais da instituição Fundação Esperança e IESPES, pois deve ser de conhecimento de todos, garantindo a política de transparência da Instituição.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

Dentre os critérios de seleção do Programa de Bolsa a análises da renda per capita é a mais enfática.

Os principais critérios estabelecidos pela entidade são:

- ✓ Estar matriculado, no IESPES, em no mínimo três disciplinas;
- ✓ Ser brasileiro, não portador de diploma de Curso Superior;
- ✓ Não estar cursando outro Curso Superior;
- ✓ Não ter outro tipo de apoio financeiro. Ex: (FIES, Pro-Uni, Bolsa Monitoria, Bolsa de Pesquisa e Extensão, Bolsa Trabalho, Bolsa de Empresa, Bolsa Sindicato e etc.);
- ✓ Estar em dia com a responsabilidade cidadã (voto, participação em trabalhos comunitários);
- ✓ Não possuir parentesco em primeiro grau ou relacionamento conjugal e convivente com funcionários do Grupo Fundação Esperança. (Ex.: Conjugue, convivente (União Estável), filho e pais);
- ✓ Não possuir parentesco em primeiro grau ou relacionamento conjugal e convivente com Bolsistas do IESPES. (Ex.: Conjugue, convivente (União Estável), filho, pais e irmãos);
- ✓ **Bolsas integrais (100%):** Renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio comprovado (1 ½ SM);
- ✓ **Bolsas parciais (50%):** Renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos comprovados (3SM).

No ano de 2016 foram ofertadas uma média de **148 bolsas parciais de cinquenta por cento (50%)** e uma média de **292 bolsas integrais (100%)** a estudantes devidamente selecionados através do Programa de Bolsa de Estudo 2015 e de anos anteriores, pois é acumulativo, e assim totalizando uma média de **440** alunos beneficiados, contribuindo assim com a universalização do conhecimento.

O valor usufruído em Gratuidade foi de **R\$ 3. 814 239,00 (três milhões, oitocentos e quatorze mil, e duzentos e trinta e nove reais**, o que corresponde 23,79% da Receita efetivamente Recebida no ano de 2016.

Atualmente, considera-se a educação um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. É através da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito.

Esse é o papel do IESPES na vida de seus discentes, desta forma atende o disposto na Lei de Diretrizes e Base da Educação, que em seu Art. 43 enfoca sua finalidade:

I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.

Os nomes dos alunos bolsistas contemplados com Bolsa Integral (100%) e Bolsa Parcial (50%) em 2016 estão nas planilhas abaixo, ressaltando que a bolsa corresponde ao semestre, podendo ser renovada para o semestre seguinte quando os alunos cumprirem com os critérios de permanência no Programa de Bolsa, segue os nomes em anexo.

#### 4.2.4 A Pós-graduação com especialização Lato Sensu

A pós-graduação com especialização Lato Sensu começou a ser oferecida pela Fundação Esperança na década de 1990. Buscando qualificar os profissionais da região Oeste do Pará, a oferta garantiu a melhoria nos recursos humanos de empresas públicas e privadas, com cursos que atendiam às demandas de áreas como saúde, educação, meio ambiente, gestão e informática.

Em parceria com a Universidade da Amazônia (UNAMA), em 1993, a Fundação ofertou dois cursos de pós-graduação, iniciando o programa cuja proposta foi preparar recursos humanos para o desenvolvimento institucional. Entre 1994 e 2000 o Programa de Pós-Graduação, em convênio com várias instituições, dentre elas a Universidade Estadual da Paraíba e a Universidade de Brasília, formou mais de 359 especialistas em diferentes áreas de conhecimento e 24 mestres em Gestão do Desenvolvimento, atendendo municípios da região.

Com a consolidação do IESPES em 2001, o corpo docente de pós-graduação é formado por especialistas, mestres e doutores do Instituto e de outras instituições de ensino superior do país.

A Infraestrutura para aulas práticas é garantida. Os alunos dispõem de biblioteca com um dos maiores acervos do município, chegando a mais de 25 mil exemplares nas diversas áreas do conhecimento.

O quadro de docentes do IESPES é composto por especialistas, mestres e doutores que garantem a qualidade da formação acadêmica no ensino pesquisa e extensão.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

## **Subversões Governamentais: Fundação Esperança convênio com a Companhia Docas do Pará.**

No ano de 2016 o IESPES continuou sua parceria com a Companhia Docas do Pará e através de duas atividades em prol da comunidade, foram: **Projeto de Educação Ambiental para Todos-PEAT e Projeto Educação Ambiental e Exercício da Cidadania no Ensino Fundamental.**

A região amazônica com suas florestas e rios desempenham um papel importante no equilíbrio do meio ambiente. A preocupação com sua preservação deveria ser de todos, mas a falta de informações, de responsabilidade e de bons hábitos do homem pode tornar o ser humano um grande vilão para a natureza. A educação ambiental não pode ser exclusividade da escola, e sim de todo um conjunto, que envolve Escola, Lar, Empresas, ONG's e Governo.

### **4.2.5 Projeto de Educação ambiental para todos**

#### **4.2.5.1 Objetivos Gerais:**

- Sensibilizar a população do Porto de Santarém a contribuir com a correta coleta, seleção e disponibilização dos resíduos gerados promovendo a melhora da qualidade de vida da população através da conservação do meio ambiente.

#### **4.2.5.1.1 Específicos:**

- ✓ Propiciar aos voluntários, condições de desenvolverem seus conhecimentos nas ações propostas, atuando como multiplicadores;
- ✓ Sensibilizar as pessoas de embarcações fluviais, a importância do Meio Ambiente e a mudança de comportamento;
- ✓ Capacitar funcionários, usuários e comunidades do entorno do Porto para educação ambiental;
- ✓ Viabilizar a disposição correta e o controle dos resíduos gerados a partir das atividades do Porto;
- ✓ Oportunizar a geração de renda a famílias do entorno com o uso dos recursos renováveis adquirido na coleta seletiva dos barcos e porto;
- ✓ Proporcionar a Inclusão Digital;
- ✓ Investigar o nível de conhecimento dos diferentes seguimentos da sociedade quanto ao papel e importância das Docas no município;
- ✓ Produzir mudas de plantas medicinais no Porto de Santarém de forma a contribuir para a saúde da população e cultura local e contribuir com o Programa de Divulgação do projeto;
- ✓ Possibilitar a profissionalização dos artesãos do Aeroporto Velho e Mapiri, através de cursos de aprimoramento da produção de sabão ecológico (sabão em barra, sabão líquido e amaciante), auxiliando-as, no primeiro momento, na comercialização do mesmo;



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

✓ Aprimorar o Programa de Divulgação do PEAT, através do fortalecimento do relacionamento com o PREA Tapajós – Programa Regional de Educação Municipal.

No ano de 2016 o Projeto de Educação Ambiental para todos-PEAT, realizou atividades nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016.

Não se pode pensar na relação do porto com a cidade sem que se leve em conta os impactos social, ambiental e histórico cultural. A integração no planejamento, gestão e operação das políticas urbanas e portuárias, beneficiam o porto, a cidade e a população.

Os impactos provocados pelos portos na vida das cidades convivem com o desenvolvimento advindo da atividade portuária, vital para o equilíbrio econômico desses municípios.

As atividades são desenvolvidas por oito alunos do IESPES, sendo 7 do curso de Gestão Ambiental e um formado em Gestão Ambiental mas acadêmica do curso de Biomedicina, divididos em duas equipes, sobre a coordenação da Engenheira Marijara Serique de Almeida Tavares, sempre em parceria com os funcionários da CDP (Companhia Docas do Pará).

#### 4.2.5.2 Atividades

##### **Seleção dos Candidatos.**

O Projeto de Educação para Todos – PEAT foi renovado no dia 01 de setembro de 2016 com a Fundação Esperança e Companhias Docas do Pará, e a ordem de serviço aconteceu no dia 09 de setembro de 2016, a divulgação do edital foi feito no dia 13 de setembro e a pré - seleção foi realizada no dia 15 de Setembro de 2016 às 14:00 horas no prédio 1 do IESPES, com a apresentação do projeto para os candidatos, horários e rotina de atividades e normas para a realização da mesma, 13 candidatos se fizeram presentes.

No dia 19 de Setembro de 2016 às 14:00 horas na sala 17 no prédio 1 foi realizado a seleção final, para esta data, tivemos 12 participantes, foram feitas

inicialmente as entrevistas individuais, onde 12 perguntas foram feitas para cada candidato, buscando conhecer o mesmo. A segunda etapa ocorreu logo após com a divisão de equipes aleatórias e sorteio de temas a serem apresentados, o objetivo era observar o trabalho em equipe, liderança e o trabalho sobre pressão, como os alunos iriam se comportar.

No dia 20 de Setembro de 2016 foi divulgado a lista dos selecionados para o projeto, que iniciou suas atividades no mesmo dia, no dia 21 de Setembro ocorreu a primeira atividade no porto da CDP (Companhia Docas do Pará), às 8:00 horas da manhã com o cadastramento individual dos 8 alunos selecionados, seguido de uma reunião com o Sr. Vicente Sales (administrador) do porto, Sr. Arthur (supervisor) do porto e com o Sr. Gerson ( Técnico Portuário). Após a reunião coletiva, seguimos com o senhor Gerson pelo porto apresentado o local que por 12 meses será o campo de trabalho dos nossos agentes e monitores, a rotina e desenvolvimentos das ações, tudo foi repassado no primeiro dia.

#### 4.2.5.3 Equipe do Projeto 2016-2017

**Coordenadora: Marijara Serique de Almeida Tavares**

NOME	FUNÇÃO	EQUIPE
Lucas da Silva Fernandes	Agente	1ª
Jhon Linyk Silva Castro	Monitor	1ª
Rafaely Tavares de Souza	Monitor	1ª
Vera Lucia Vieira Reis	Monitor	1ª

Jéssica Mayara da Silva Mendes	Agente	2ª
Diana Araújo Aguiar	Monitor	2ª
Érica Santos Souza	Monitor	2ª
Tiago Júnior Silva Rosa	Monitor	2ª

#### 4.2.5.4 Rotinas de trabalho - PEAT

No dia 21 de Setembro de 2016 com a presença da Coordenadora do projeto PEAT, Marijara Serique de Almeida Tavares, deu-se início as atividades às 8:00 horas com o cadastramento para acesso ao porto da CDP. As 8:30 hs tivemos reunião para as apresentações dos administradores do porto. Seguida, saímos para conhecer as instalações portuárias (administração, galpão de fertilizante, píer, central de resíduos, horto e sala do PEAT), finalizando com uma breve reunião sobre as rotinas. A entrega das camisas (fardamento), Coletes e bonés foi realizada.



Imagem 1 e 2: Visita porto CDP Santarém.  
 Fonte : Marijara Serique 2016.

### Limpeza da sala

No dia 22 de setembro a rotina iniciou com a limpeza com a lavagem dos capacetes e em seguida a retirada de todos os móveis e matérias que estavam na sala do PEAT, pois a limpeza e organização da sala era prioridade para a nova equipe os estagiários realizaram a seleção dos itens a serem utilizados e descartamos os demais sem utilidade fazendo o devido descarte, observando a data de validade de alguns produtos. No dia seguinte, finalizaram a limpeza e organização da mesma.



Imagem 3: Limpeza da Sala do Projeto PEAT.  
 Fonte : Lucas 2016.

### Horto

As atividades no horto foram apenas de irrigação e uma breve organização devido não termos matérias necessários para trabalho.



Imagem 4: Irrigação do horto.  
 Fonte : Lucas 2016.

As atividades de monitoramento e manutenção do horto, tais como: limpeza, irrigação e poda foram realizadas todos os dias do mês de outubro, com o objetivo de manter as matrizes das plantas que são utilizados para multiplicação das mudas de futuras doações em ações sócias que são desenvolvidas pelo projeto. No horto já haviam algumas matrizes, remanescentes do projeto anterior, novas matrizes foram doadas ao projeto no dia 14/10/2016 pelo IESPES (Instituto Esperança de Ensino Superior), através do ofício 001/2016, onde conseguimos mais 15 matrizes para o horto, com espécies variadas. As multiplicações ainda não foram realizadas devido as matrizes doadas estarem em adaptação no horto, apenas estamos multiplicando babosa, cidreira e coramina.

- **Matrizes que já havia no horto**

Espécies	Quantidade
Babosa	46
Capim Santo	1
Cidreira	1
Coramina	15
Corona	5
<b>Total</b>	<b>68 mudas</b>

- **Matrizes doadas pelo IESPES**

Espécies	Quantidade
Arruda	1
Capim Santo	1
Cana Mansa	1
Cidreira	1
Cumaruzinho	2
Hortelã	3
Marcela (Terramicina)	6
<b>Total</b>	<b>15 mudas</b>

- **Multiplicação realizadas no mês de outubro.**

<b>Espécies</b>	<b>Quantidade</b>
Babosa	154
Cidreira	4
Coramina	29
<b>Total</b>	<b>187 mudas</b>

- **Multiplicação realizadas no mês de novembro**

<b>Espécie</b>	<b>Quantidade</b>
Babosa	86
Cidreira	61
Coramina	94
Corona	13
Roseira	21
<b>Total</b>	<b>275</b>

- **Multiplicação das espécies no mês de dezembro**

<b>Espécie</b>	<b>Quantidade</b>
Babosa	59
Cidreira	36
Coramina	38
Corona	1
Capim Santo	1
Mastruz	3
Marcela	15
<b>Total</b>	<b>153</b>

### Demonstração das espécies multiplicadas por quantidade



Imagem 5: mostra a irrigação das plantas que é feita todos os dias.  
Fonte: Vera 2016



Imagem 6: mostra mudas tais como : Babosa, cidreira, corona, coramina e marcela.  
Fonte: Lucas 2016

### Pintura e manutenção do horto

Neste mês de dezembro foi feita manutenção das telas laterais do horto, colocando telas novas e reajustando algumas estruturas, garantindo a segurança do local. Foi feita também a pintura da parede e dos canteiros, qualquer superfície bem pintada pode durar muito mais do que uma exposta ao tempo e fatores climáticos, além do melhoramento visual.



Imagem 7: mostra os estagiários colocando a tela na lateral do horto.

Fonte: Jéssica 2016



Imagem 8: mostra a estagiária pintando a parede do horto.

Fonte: Lucas 2016

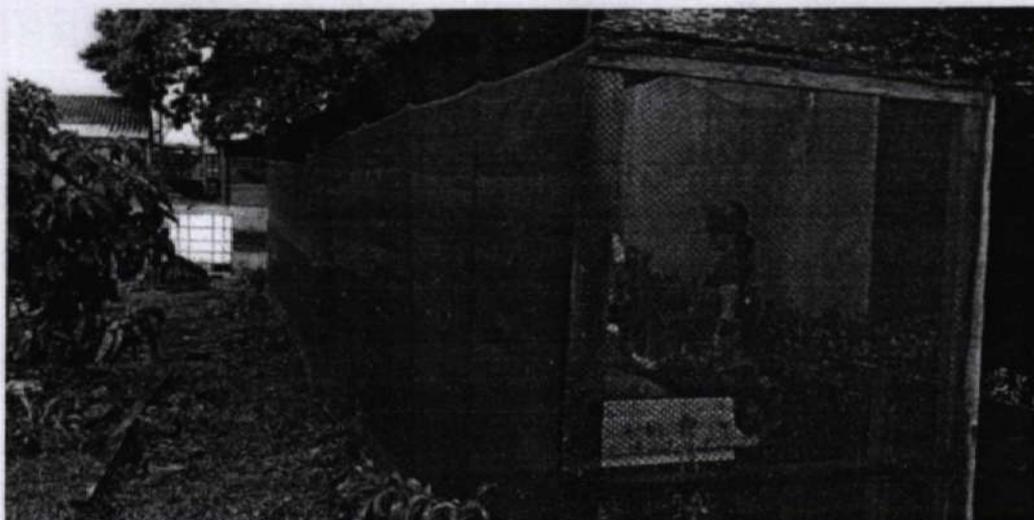


Imagem 9: a imagem acima mostra a tela lateral já colocada.  
 Fonte: Jéssica 2016.



Imagem 10: a imagem 6 mostra o canteiro do horto já pintado.  
 Fonte: Vera 2016.

### Doação de mudas

Nos dias 16/12/2016 e 30/12/2016 foram doadas mudas medicinais e ornamentais para os transeuntes da área portuária, incluindo não somente os passageiros, mas também carregadores, taxista, trabalhadores das agências de passagens e barracas de lanches, e também os guardas portuários.

Sabemos que a riqueza natural da floresta amazônica é conhecida e apreciada no mundo inteiro. Com um dos solos mais férteis do planeta, a Amazônia é berço de inúmeras plantas que carregam propriedades medicinais muito úteis para tratamentos e prevenção de diversos problemas de saúde. Essa atividade acontece as sextas-feiras.



Imagem 11: a imagem 7 mostra os estagiários fazendo a doação de mudas no dia 16/12/2016.  
 Fonte: Erica 2016.



Imagem 12: a imagem 8 mostra os estagiários fazendo a doação de mudas no dia 30/12/2016.  
 Fonte: Lucas 2016.

- Mudanças que foram doadas dia 16/12/2016.

Babosa	9
Cidreira	7
Coramina	10
Roseira	4
<b>Total</b>	<b>30</b>

Tabela 2: espécies e a quantidade que foram doadas no dia 16/12/2016.

- Mudanças que foram doadas dia 30/12/2016.

Babosa	10
Cidreira	7
Corona	6
Coramina	7
<b>Total</b>	<b>30</b>

Tabela 3: espécies e a quantidade que foram doadas no dia 30/12/2016.

Totalizando assim, um valor de 60 mudas doadas em dezembro de 2016.

### Jardim Vertical

Houve também, a produção de um jardim vertical na parede, feito pelos estagiários do PEAT com a ajuda do funcionário Giovani, da empresa Conecta, que estão sempre em parceria com o projeto. Além da beleza visual e de proporcionar um contato mais próximo com a natureza, as paredes verdes oferecem benefícios importantes, como o aumento da umidade do ar, a redução da temperatura ambiente, a reciclagem dos gases tóxicos e a diminuição da poluição sonora. As mudas que foram colocadas nas garrafas foram: Hortelã, Cumaruzinho, Babosa, Coramina, Menta, Mini Lírio e Roseira.



Imagem 13: Montagem do Jardim Vertical  
 Fonte: Jéssica 2016

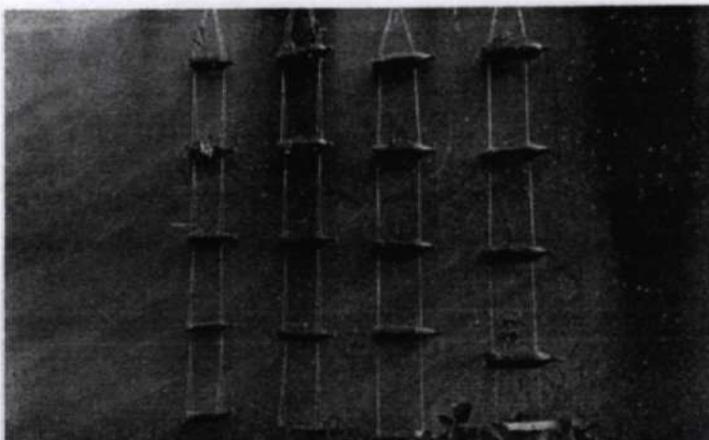


Imagem 14: Jardim Vertical  
 Fonte: Jéssica 2016

### Coleta de água

A coleta e análise de água é realizada todos os dias nos setores da CDP, pelo funcionário Marcel Coelho da empresa HIDROSAM, a equipe do PEAT realizam acompanhamento desse monitoramento algumas vezes por semana, á titulo de experiência para os monitores e agentes que são acadêmicos. Torna-se importante esse processo de monitoramento o qual acontece em quatro pontos definidos, sendo que a primeira coleta é realizada no local em que a caixa d' água fica localizada, a segunda coleta é feita no terminal de passageiros, a terceira coleta é retirada de um ponto localizado no píer da CDP e a última coleta é feita na cozinha do setor administrativo do porto. Todo esse processo é de suma importância para que se possa monitorar a qualidade da água em relação aos parâmetros cloro, PH e turbidez da água do poço da área portuária, para realizar o controle da qualidade da água para o seu fornecimento, tanto para o porto, quanto para as embarcações. (setembro)



Imagem 15 e 16: Treinamento e acompanhamento da Coleta de água.  
 Fonte : Lucas 2016.

### Acompanhamento da coleta de água UFOPA (outubro)

Duas vezes por semana, os estagiários da UFOPA vem até a CDP para fazer coleta de água, acompanhados da estagiária de Meio Ambiente Rayná (CDP) e os estagiários do PEAT.

A realização da coleta de alguns pontos como cisterna, poço, píer, torneira da copa, bebedouros e banheiro da administração tem o objetivo de analisar a potabilidade da água.



Imagens 17e18: coleta de água na cisterna  
 Fonte: Jéssica 2016



Imagem 19: Coleta torneira  
 Fonte: Lucas 2016



Imagem 20: coleta cisterna  
 Fonte: Lucas 2016

### Acompanhamento da coleta de água MONÃ (dezembro)

Duas vezes por semana, os Técnicos da empresa MONÃ Consultoria Ambiental LTDA, vêm até a CDP para fazer a coleta de água, acompanhados da estagiária do Meio Ambiente Rayná (CDP) e os estagiários do PEAT. Eles realizam a coleta de alguns pontos como cisterna, poço, píer, torneira da copa, bebedouros e banheiro da administração.

A coleta para **análise de água de poços** é fundamental para atender as normas regidas pela legislação, dosagens de cloro apropriadas, avaliar a potabilidade, turbidez, controle bacteriológico da água que está sendo captada do poço. Com a **análise de água** é possível conhecer possíveis elementos em excesso que por ventura estejam restringindo a utilização do poço. Os resultados obtidos são encaminhados a CDP (Companhia Docas do Pará).



Imagem 21: a imagem acima mostra o técnico fazendo a coleta do ponto cisterna.  
 Fonte: Tiago 2016.

### Identificação dos coletores

Na área interna e externa da CDP foram feitas algumas identificações nos coletores que estavam sem identificação. Foram colocados cartazes com informações sobre os coletores em pontos estratégicos. A identificação é necessária para a utilização correta das lixeiras. Ex: Barracas de refeições, lanches e estação de passageiros.



Imagem 22,23 e 24 : Adesivagem e fixação de cartazes de orientação..  
 Fonte : Lucas 2016.

### Abordagem

Essa atividade é uma das mais importantes do projeto, pois o objetivo maior é sensibilizar a população a se conscientizar sobre a problemática e instruí-los a utilizarem as lixeiras das embarcações e seletivarem seus resíduos gerados durante a viagem e claro, que essa aprendizagem seja seguido para sua vida.

O porto da CDP Santarém possuem lixeiras seletivas em vários pontos, as abordagens, tem o objetivo de promover o uso das mesmas e instruí-los sobre as cores e descarte.

A parceria com a Empresa Amazônia viva continua neste novo ano do projeto, pois a orientação, seleção e descarte correto andam juntas para promover um porto, embarca e passageiros consciente do seu dever com o resíduo gerado e para sua participação efetiva na implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos, separando os materiais recicláveis e/ou reutilizáveis. Portanto, cabe ressaltar que a participação da sociedade em geral é muito importante, para que todos tenham ideia de que a reciclagem por si não pode ser considerada a solução, mas que a mudança de hábitos e atitudes pode levar a sociedade a tomar medidas mais abrangentes, com ações que minimizem a quantidade de resíduos, consumindo menos e reutilizando embalagens descartáveis, por exemplo.

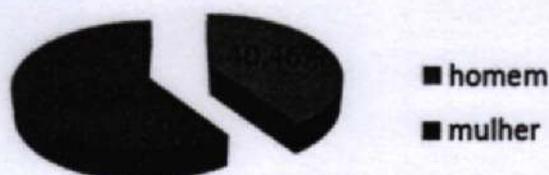


Imagem 25: Abordagem na embarcação.  
 Fonte: Diana Setembro 2016.

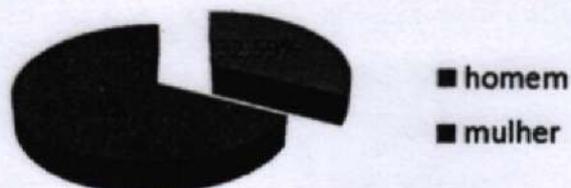
- Gráficos das Abordagens divididas por sexo (masculino e feminino).

As abordagens são realizados em duas áreas distintas, área externa e fluvial, a área interna (administrativo) são desenvolvidas em 100% dos colaboradores e terceirizados do porto.

**Gráfico 1: Área Fluvial**



**Gráfico 2: Área Externa**



**Gráfico 3: Geral - Fluvial e Externa**



As abordagens foram feitas pelos estagiários do PEAT com os passageiros das embarcações que atracam no Porto, tais como Golfinho do Mar II, São Bartolomeu (II, III e IV), Amazon Star, Luiz Afonso, Clívia, Ana Beatriz V, Anna Karoline II, e também com os vendedores de passagens, taxistas, barracas de lanche e trabalhadores da CDP entre outros. Essa atividade é uma das mais importantes do projeto. Pois o objetivo maior é sensibilizar a população a se conscientizar sobre a problemática e instruir como fazer o descarte adequado dos resíduos sólidos.

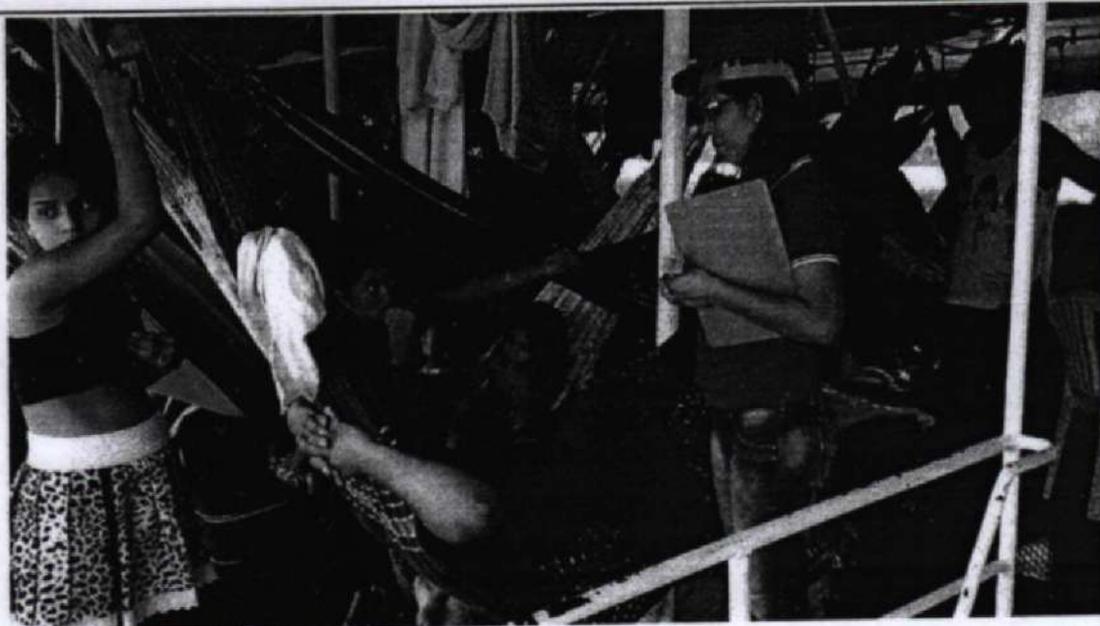


Imagem 26: Abordagens nas embarcações

Fonte: Lucas 2016



Imagem 27: Abordagens nas embarcações

Fonte: Lucas 2016

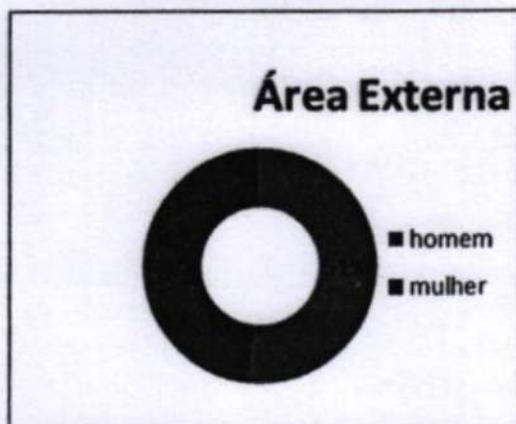


Gráfico 1: Abordagens Área Fluvial

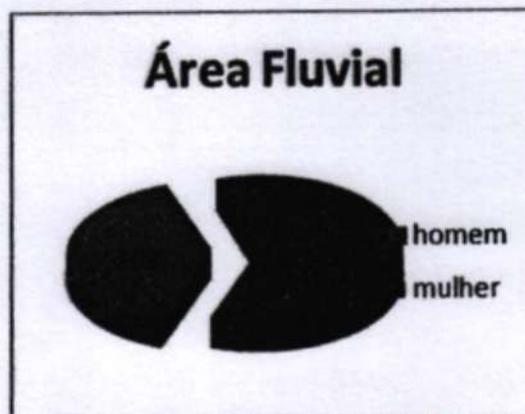


Gráfico 2: Abordagens Área Externa

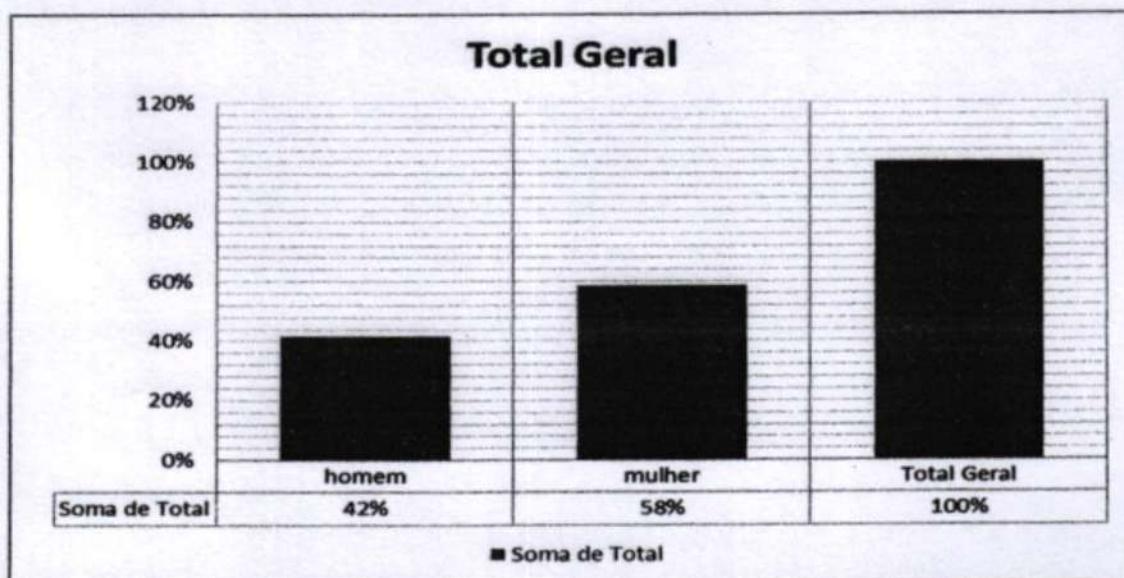


Gráfico 3: Abordagens Geral

A Abordagem é uma forma de comunicação corpo a corpo com todos os transeuntes da área portuária, a abordagem consiste em uma conversa com cada pessoa com o objetivo de repassar informações e orientações a respeito da geração e descarte dos resíduos nas embarcações, a cultura local ainda persiste em utilizar os rios como lixeira, e o projeto atua para que esses hábitos sejam alterados e que cada passageiro se sinta responsável pelo futuro do planeta.

As abordagens foram realizadas diariamente pelos estagiários do PEAT com os passageiros das embarcações que atracam no Porto da CDP Santarém, tais como Golfinho do Mar II, São Bartolomeu (II, III e IV), Amazon Star, Luiz Afonso, Clívia, Cisne Branco, Ana Beatriz V, Anna Karoline II, Rondônia e também com os vendedores de passagens, taxistas, moto taxistas, carregadores, barracas de lanche e trabalhadores da CDP entre outros. Essa atividade é uma das mais importantes do projeto, pois o objetivo maior é sensibilizar a população a se conscientizar sobre a problemática e instruir como fazer o descarte adequado dos resíduos sólidos.



Imagem 28: mostra os estagiários em uma conversa com a Dona Fátima, cozinheira da embarcação Ana Beatriz V.

Fonte: Lucas 2016.

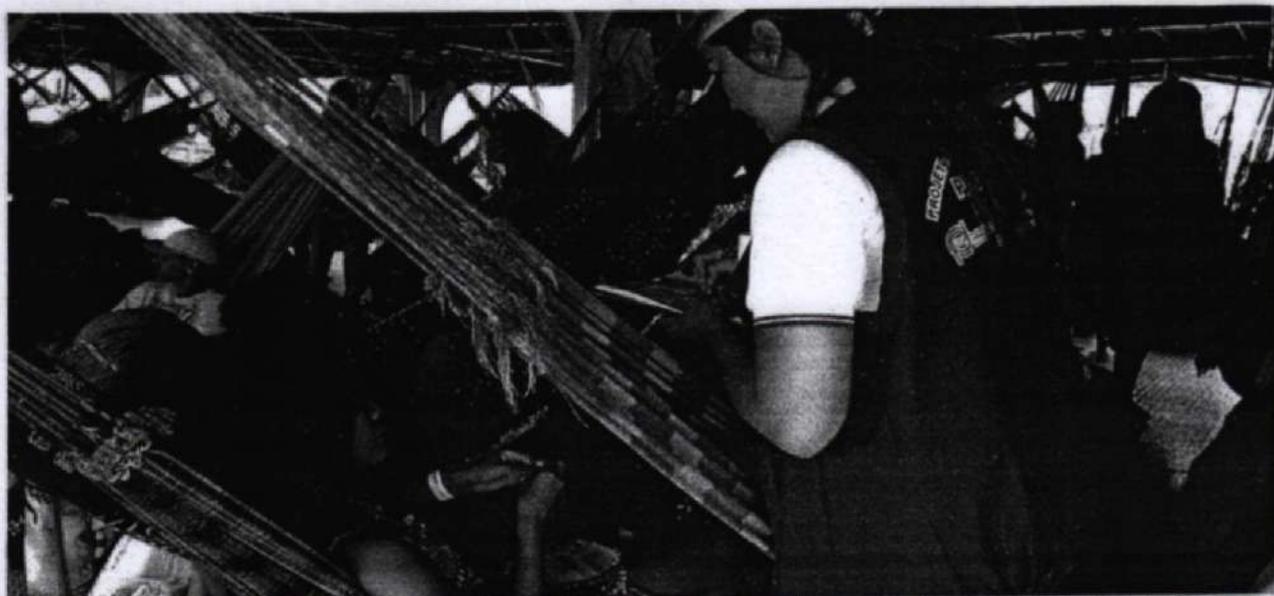


Imagem 29: a imagem acima mostra a estagiária abordando os passageiros e orientando sobre a separação correta dos resíduos.

Fonte: Jéssica 2016.

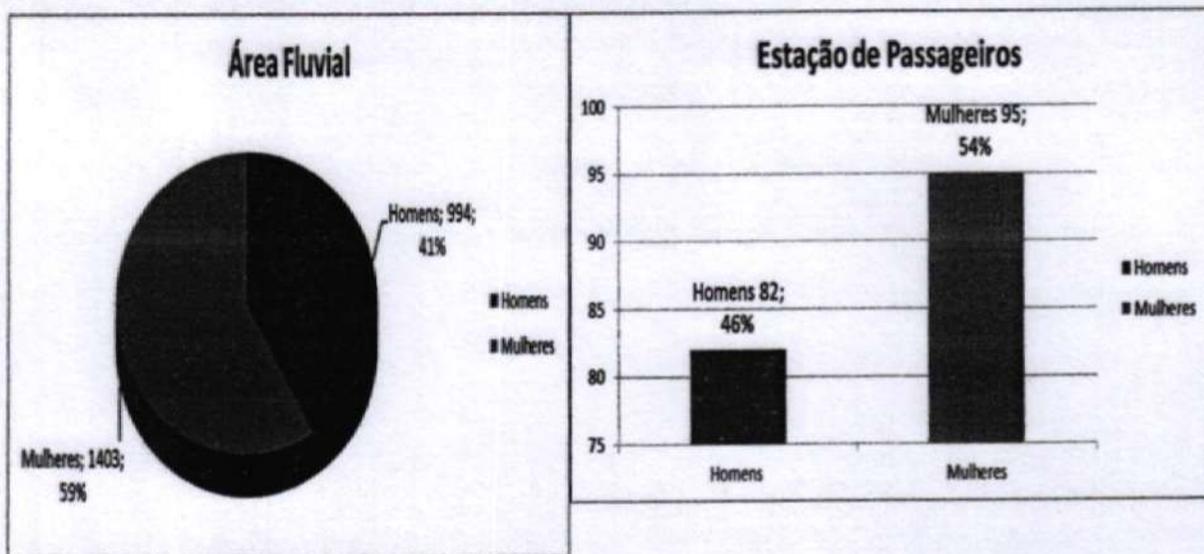


Gráfico 1: O gráfico acima representa a área fluvial, especificando o número de homens e mulheres abordados, representados em quantitativo e em percentual.

Gráfico 2: O gráfico acima representa o número de pessoas abordadas na estação de passageiros separadas por sexo feminino e masculino e especificada em quantidade e porcentagem.

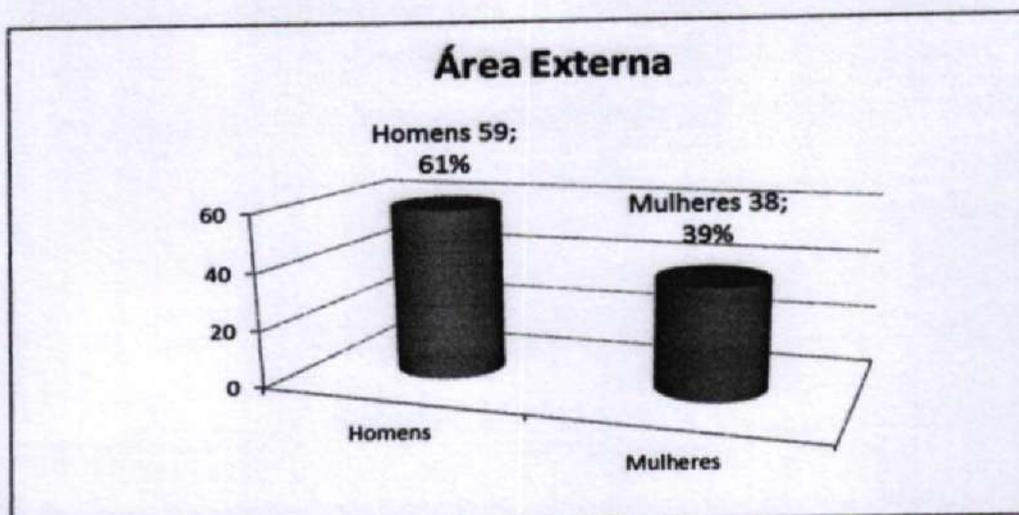


Gráfico 3: O gráfico acima representa a área externa, que são os carregadores, vendedores de passagens, de lanches, taxistas e moto taxistas que estão ao redor do Porto. Especificado em quantitativo e percentual.

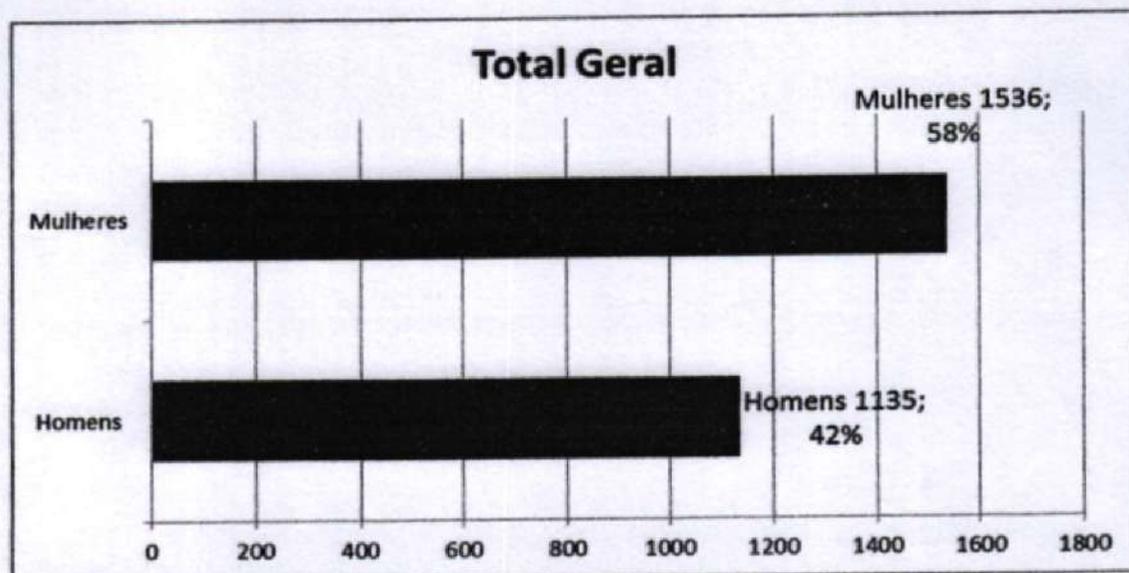


Gráfico 4: O gráfico acima representa as abordagens de todas as áreas portuárias, separadas por sexo e especificadas em quantitativo e percentual.

### Sensibilização Outubro Rosa

Nas abordagens também atribuímos conteúdos uteis para a população, e a fala do mês de outubro agregado nas abordagens foram "Outubro Rosa" que é uma campanha de conscientização para a prevenção do câncer de mama, que tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Esta campanha acontece com mais intensidade no mês de outubro e tem como símbolo o laço cor de rosa. A campanha tem um foco grande no autoexame, tocar o próprio corpo e reconhecer sinais de possíveis mudanças é uma importante ferramenta de empoderamento da mulher frente à própria saúde, mas não substitui a mamografia. O projeto distribuiu laços e alertou não somente as mulheres, mas também os homens, para que incentivem suas mulheres ou parentes do sexo feminino a realização do auto exame. Foram distribuídos mais de 300 laços.



Imagem 30 : sensibilização no administrativo  
 Fonte: Jéssica 2016.



Imagem 31: Apoio para o câncer de mama  
 Fonte: Jéssica 2016.



Imagem 32: Abordagem na estação de passageiros, fala coletiva aos passageiros.  
 Fonte: Vera 2016.

### Organização e limpeza da central de resíduos

Nos dias 21/10/2016 e 24/10/2016 os estagiários do PEAT realizaram juntamente com a estagiária do Meio Ambiente Rayná (CDP) e o funcionário Giovani, terceirizado da empresa CONECTA, uma limpeza e organização da central de resíduos, lavando as baias e fazendo a segregação dos resíduos. O objetivo desta ação foi organizar e manter a central de acordo com as normas.



Imagens 33 e 34: Antes da limpeza e organização  
 Fonte: Lucas 2016



Imagens 35: Depois da limpeza e organização da central.  
 Fonte: Jéssica 2016.



Imagens 36: Depois da limpeza e organização da central.  
 Fonte: Jéssica 2016.



Imagens 37: Depois da limpeza e organização da central.  
 Fonte: Jéssica 2016.

Ainda estamos em negociação com a empresa Amazônia Viva e com a Coleta seletiva municipal para dar o descarte adequado aos nossos resíduos, nossos esforços ainda estão voltados para as lâmpadas, pois não possuem empresa em Santarém que seja certificada a receber esse tipo de material.

### **Ações desenvolvidas na CDP – Dia das Crianças**

No dia 14 de Outubro de 2016, foi realizado na estação de passageiros da Área Portuária de Santarém, pela equipe do projeto PEAT juntamente com a coordenadora do projeto Marijara Serique e com a participação da estagiária do meio ambiente (CDP) Rayná Queiroz, uma ação voltada para as crianças e também aos pais com o objetivo de sensibilizar e repassar conhecimentos ambientais. Foram desenvolvidas atividades e brincadeiras com temáticas ambientais, ensinando como fazer a coleta seletiva e a importância dos 3Rs (Reduzir, Reciclar, Reutilizar)

mostrado em forma de vídeo. A produção de brindes confeccionados foram a partir de matérias reutilizados (garrafa PET, papelão), além de distribuição dos cadernos de desenhos com giz de cera e bolas que foram doadas pela estagiária Vera Lúcia e coordenadora Marijara Serique.



Imagem 38; Confeção de brindes  
 Fonte: Jéssica 2016

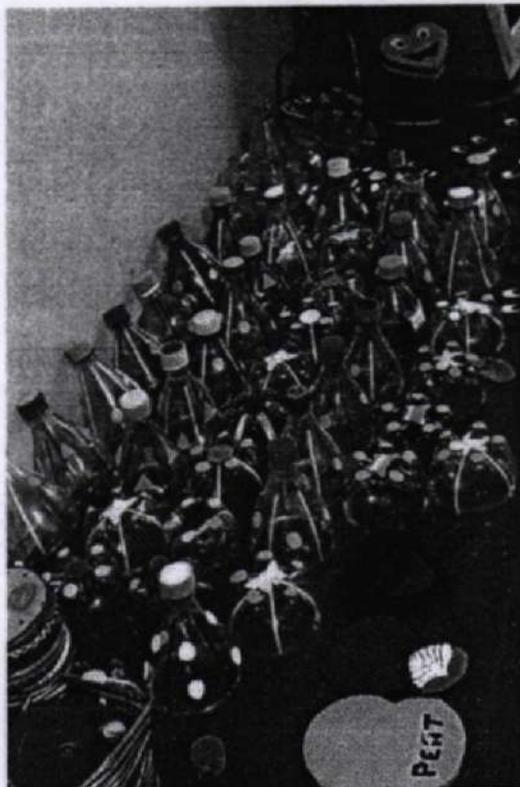


Imagem 39: Confeção de brindes  
 Fonte: Lucas 2016



Imagens 40,41 e 42: Ação dia das crianças  
 Fonte: Marjara 2016.

A Participação dos guardas e colaboradores da CDP foi muito importante para o sucesso da nossa ação para o dia das crianças. Obrigada a todos.

### **Sensibilização Novembro Azul**

Assim como as abordagens de rotina, o projeto desenvolveu também uma fala sobre a conscientização do Novembro Azul, que é uma campanha realizada no mês de novembro dirigido à sociedade e, em especial, aos homens, para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata. As atividades iniciaram no dia 11/11/2016 iniciando pelos colaboradores da administração do porto, em seguida com os colaboradores da empresa Conecta e também com os guardas portuários da CDP, finalizando com os carregadores, passageiros e todo o público em geral, incluindo também as mulheres.



Imagem 43: Novembro Azul  
 Fonte: Jéssica 2016

Ao todo, foram distribuídos 350 lacinhos e também 26 chaveiros de bigode feitos pelos próprios estagiários.



Imagem 44:  
 Novembro Azul

Fonte:  
 Jéssica  
 2016

**Mini  
 Curso**

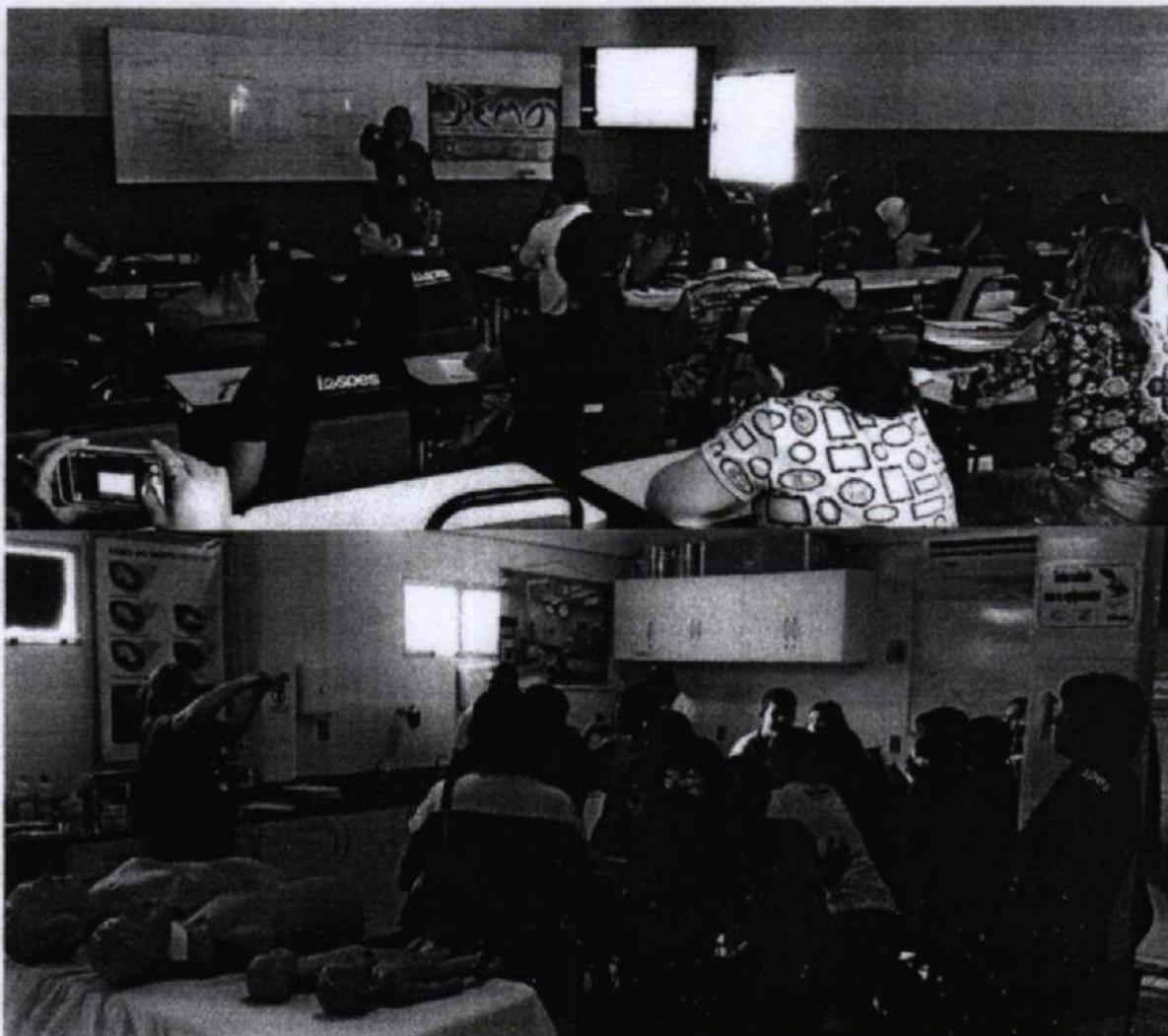
No  
 dia

28/11/2016 deu-se início aos cursos oferecidos pelo projeto, como Primeiros Socorros e Patchwork, com o intuito de levar as comunidades e aos interessados o conhecimento e aprendizado sobre os mesmos.

- **Primeiros Socorros**

Ministrado pela Enfermeira Cristina Santos e acompanhado pelo estagiário do PEAT Jhon Linyk. O curso visa capacitar pessoas para prestar um primeiro

atendimento a alguém acidentado ou em mal súbito, enquanto o serviço especializado não chega ao local, podendo garantir a vida das possíveis vítimas. Foi realizado na sala 1 do prédio 2, no período de 28/11/2016 à 02/12/2016, com uma carga horária de 20hrs e com a participação de 27 alunos.



Imagens 45 e 46: Curso Primeiros Socorros  
 Fonte: Jhon 2016.

### Patchwork

Ministrado pela Profª Ieda Maria e acompanhado pela estagiária do PEAT Vera Reis, o curso tem o objetivo de capacitar as alunas a confeccionar peças e acessórios reaproveitando tecidos, utilizando técnicas básicas de patchwork e de costura/acabamento, a fim de criar e comercializar produtos exclusivos possibilitando

uma alternativa de geração de renda. Foi realizado na sala 17 no IESPES, no período de 28/11/2016 à 06/12/2016, com uma carga horária de 28hrs, contando com a participação de 16 alunas.

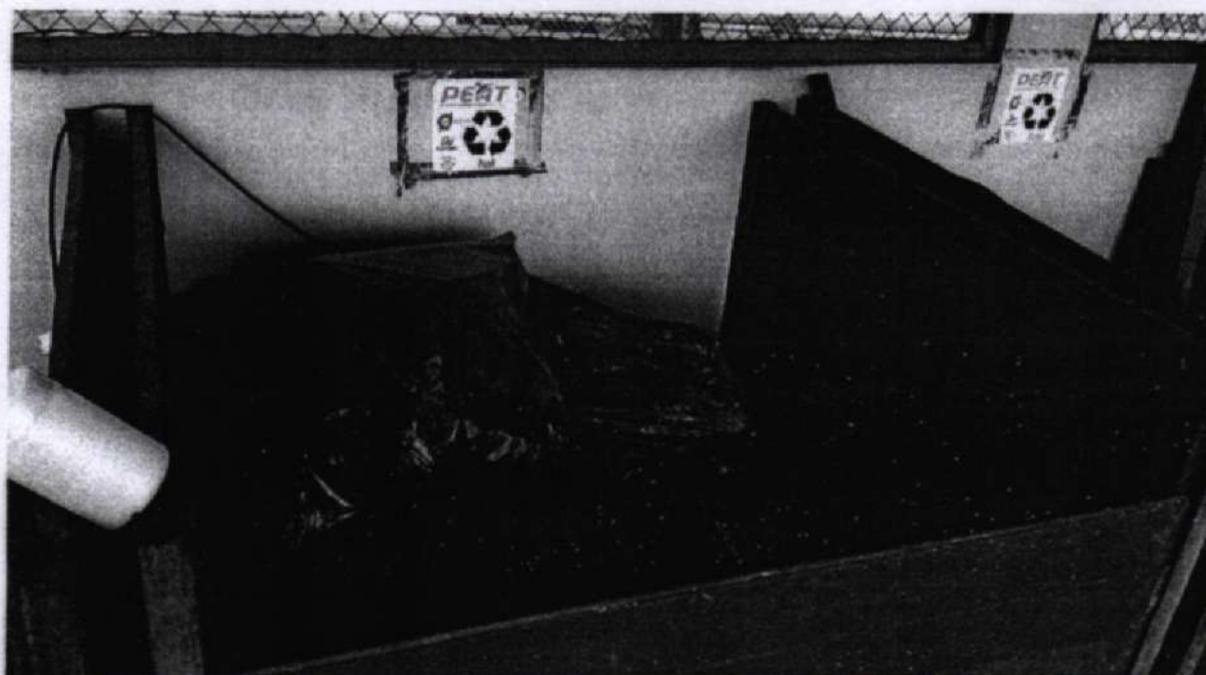


Imagem 47: Curso Patchwork  
 Fonte: Vera 2016.

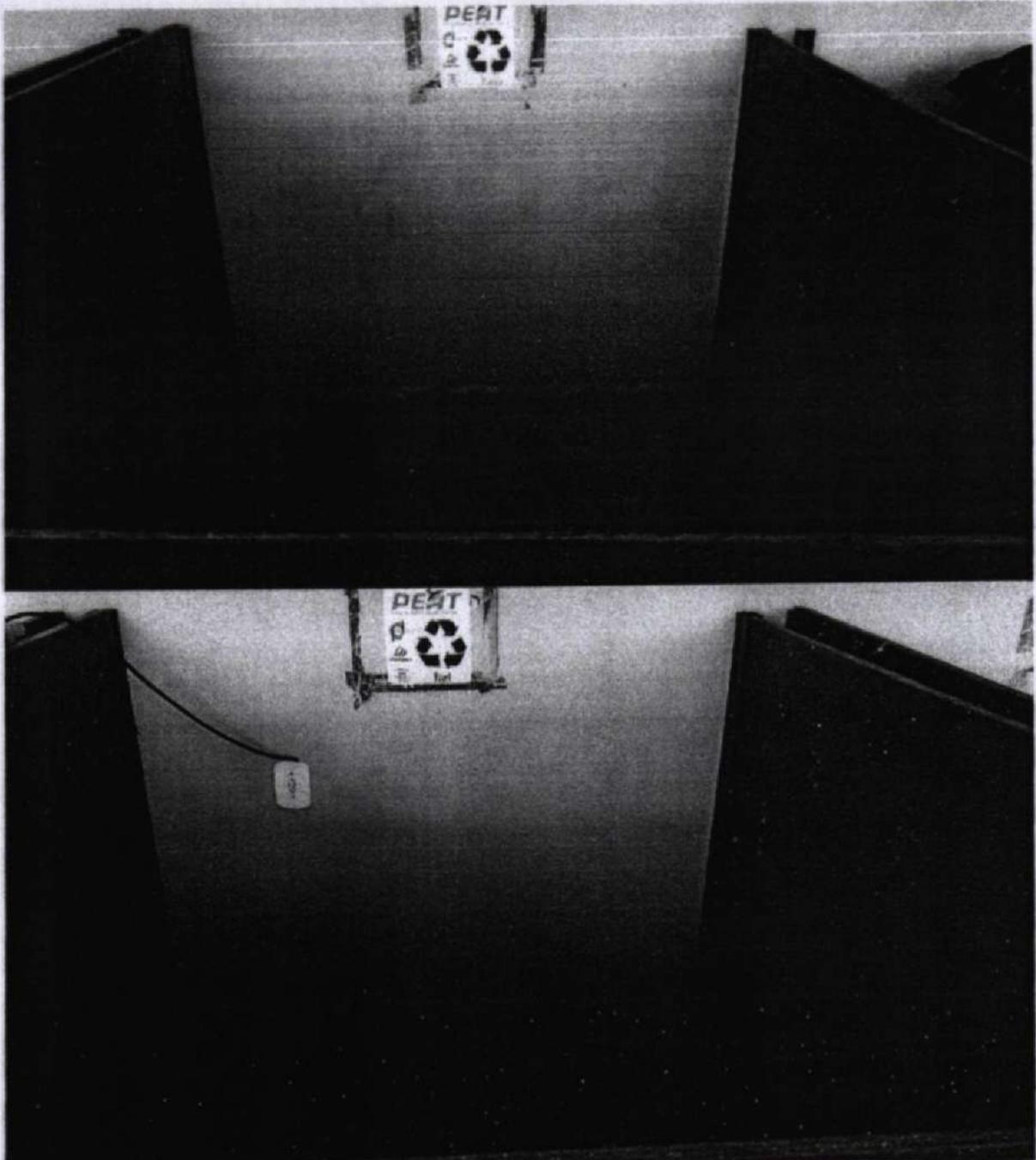
### **Doação dos Resíduos Sólidos e Central de Resíduos**

No dia 28/11/2016 foi realizada a doação de resíduos sólidos passíveis de serem reciclados para a empresa parceira Amazônia Viva Ltda, que disponibilizou seu motorista Evandro César Figueiredo de Souza para a retirada. Entre estes resíduos estão papel/papelão 56,2kg, plástico 21,6kg, vidro 50kg e metal 71kg. Também de resíduos perigosos como lâmpadas fluorescentes inteiras com diferentes voltagens, totalizando 80 unidades de lâmpadas, 400g de lâmpadas

avariadas (incluindo vidro e as bases das lâmpadas), e cinco (5) caixas de reatores. A central de resíduos mantém-se limpa e organizada.



Imagens 48 e 49: Baias antes da doação dos resíduos  
Fonte: Jéssica 2016.



Imagens 50 e 51: Baías depois da doação dos resíduos sólidos  
Fonte: Tiago 2016.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

---

### **Coleta seletiva dos resíduos e pesagem**

A coleta seletiva como, pesagem, armazenamento e destinação final dos resíduos gerados na área da CDP e embarcações, foram realizados diariamente neste mês de Outubro, Novembro e Dezembro de 2016 pela empresa Conecta com o acompanhamento da equipe do projeto PEAT. Os resíduos não reutilizáveis são

encaminhados para o aterro da cidade, sendo que a coleta dos mesmos é realizada pelo município e sempre na segunda-feira, quarta-feira e sábado de cada semana. Os demais resíduos como: papel, papelão, plástico, metais e etc. os quais podem ser reutilizáveis, são doados para empresas regularizadas e responsáveis que trabalham com esse tipo de material, dando um destino final a eles.

A identificação das lixeiras e das baias da central de resíduo por tipo de resíduos e cores para facilitar a todos na coleta seletiva, mas sabemos que ainda tem pessoas sem esse tipo de consciência. Por isso, é de grande importância o trabalho que o projeto PEAT e a CDP desenvolvem em parceria de abordagem.

### Área fluvial

RESÍDUOS ÁREA FLUVIAL	Kg
Metal	...
Vidro	13 kg
Plástico	...
Papel / Papelão	286 kg
Lixo Bruto	9615 Kg
<b>TOTAL 2016</b>	<b>9914 Kg</b>

Tabela : Resíduos da área fluvial.

### Área externa

RESÍDUA ÁREA EXTERNA	Kg
Metal	...
Orgânico	...
Vidro	...
Plástico	...
Papel / Papelão	12 kg
Lixo Bruto	1135 Kg
<b>TOTAL 2016</b>	<b>1147 Kg</b>

Tabela : Resíduos retirados da área externa.

### Área primaria

RESÍDUA ÁREA PRIMARIA	Kg
Metal	...
Orgânico	...
Vidro	...
Plástico	...
Papel/ Papelão	7,4 kg
Lixo Bruto	89 Kg
<b>TOTAL 2016</b>	<b>96,4 Kg</b>

Tabela: Resíduos da área primaria.

### Pier

RESÍDUOS PIER	Kg
Metal	...
Orgânico	...
Vidro	...
Plástico	...
Papel / Papelão	...
Lixo Bruto	1640 Kg
<b>TOTAL</b>	<b>1640 Kg</b>

### Tabela das lâmpadas

Lâmpadas	Quantidades	Tipo
20 watts	2und	Fluorescente comum
20 watts	38und	Fluorescente comprida
25 watts	1und	Fluorescente comum
40 watts	19und	Fluorescente comprida
250 watts	1und	Comprida descarga HID
250 watts	5und	Redonda descarga HID
400 watts	5und	Comprida de descarga HID
500 watts	2und	Redonda de descarga HID
1000 watts	6und	Comprida de descarga HID
Lâmpadas avariadas	2 sacos	Variadas quebradas



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

### **Ação de Natal Decoração Natalina no Porto**

Neste mês de dezembro os estagiários do PEAT produziram os enfeites para a decoração natalina do Porto. Decoração natalina ou enfeites de natal é qualquer um dos vários tipos de decorações usadas na época do Natal. As cores tradicionais do natal são verde, branco e vermelho, ouro e prata também são muito comuns.

Para a decoração de natal foram feitas árvores de natal de papelão, guirlandas de conduíte e neve de TNT. As árvores de papelão foram colocadas na estação de passageiros e na entrada da administração. As guirlandas foram colocadas nas portas da: administração, sala do Sr. Vicente, sala de reunião, na guarita da entrada, guarita de embarque/desembarque e na sala do PEAT, totalizando seis guirlandas. As neves foram colocadas na lateral superior da estação de passageiros e na faixa da entrada da administração. Para a confecção dos enfeites, foram utilizados alguns materiais reutilizados como, por exemplo, o papelão e reaproveitamento de tecidos.



Imagem 52: a imagem acima mostra a guirlanda feita de jornal e mangueira, colocada na porta da administração feita pelos estagiários do PEAT.  
 Fonte: Diana 2016.



Imagem 53: a imagem mostra a árvore de papelão que foi colocada na estação de passageiros.  
 Fonte: Jéssica 2016.

### **Ações desenvolvidas na CDP – Natal**

No dia 23 de Dezembro de 2016, foi realizado na estação de passageiros da Área Portuária de Santarém, pela equipe do projeto PEAT, uma ação voltada para as crianças e também aos pais com o objetivo de sensibilizar e repassar conhecimento ambiental. Foram desenvolvidas atividades e brincadeiras com temáticas ambientais e natalinas, ensinando como fazer a coleta seletiva e a importância da preservação dos rios.

O projeto pôde contar com a parceria dos colaboradores da CDP que fizeram doação de brinquedos para serem distribuídos às crianças.

No natal as pessoas buscam entrar no espírito natalino, que é a bondade que existe dentro de cada um a fim de proporcionar um natal mais alegre e justo ao próximo. Tivemos a participação de 20 crianças de até 12 anos e no final foi distribuído lanche para todos.



Imagem 54: a imagem acima mostra os estagiários e as crianças no dia da ação de natal.  
 Fonte: Jéssica 2016.



Imagem 55: a imagem acima mostra a estagiária e a criança no dia da ação de natal.  
 Fonte: Diana 2016.

Durante os quatro meses de estagio, os estagiários do PEAT tiveram uma lista de atividades, essas atividades foram cumpridas com sucesso. Dentre essas atividades esta a abordagem, que acontece diariamente com todos os transeuntes da área portuária, foram repassadas as mesmas, a importância da coleta seletiva e também o beneficio de manter o meio ambiente limpo. As atividades desenvolvidas pelos estagiários são de grande importância, pois ajudam na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida da população.

Agradecemos a Fundação Esperança/ IESPES e Companhia Docas do Pará e Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES, pela oportunidade de desenvolver as atividades, adquirir conhecimento e experiência para nossa vida profissional.

### **4.3 Projeto Esperança na Comunidade**

#### **4.3.2 Objetivo Geral**

✓ Atividade de Atenção à Saúde dos Pacientes Hipertensos e Diabéticos dos Bairros do Santíssimo e São Raimundo, firmado através de convênio de parceria entre as Dioceses da Igreja do Santíssimo e com a Diocese da Igreja de São Raimundo Nonato, cópia dos convênios em anexo.

#### **4.3.3 Objetivos Específicos :**

- Propiciar aos pacientes Hipertensos e Diabéticos dos bairros atendidos o acesso gratuito à exames como o teste de glicemia capilar e aferição da pressão arterial com a finalidade de acompanhamento da evolução das patologias que estes pacientes foram acometidos;
- Ofertar aos pacientes atendidos ações de atenção farmacêutica e acompanhamento de enfermagem, visando a promoção e prevenção de possíveis complicações que possam acometer estes pacientes;
- Aproximar a comunidade aos serviços oferecidos pelos Cursos de Farmácia e Enfermagem do IESPES;
- Promover uma relação multidisciplinar e uma interação do aluno com a comunidade. Associando a prestação de serviço social ao processo de ensino e aprendizagem do aluno.

4.3.4. Público-alvo : Pacientes moradores dos Bairros Santíssimo e do São Raimundo que possuam como doença de base Hipertensão e/ou Diabetes. Pacientes estes que estejam devidamente cadastrados pelo projeto de extensão e que seja frequentador das atividades realizadas pelo projeto.

#### **4.3.5 Metodologia / Atividades desenvolvidas**



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

---

Inicialmente os pacientes portadores das doenças crônicas (Hipertensão e/ ou Diabetes) deverão preencher uma ficha de cadastro e um formulário com informações básicas sobre a sua condição de saúde. Os pacientes que preencherem os requisitos básicos, de ser morador do bairro e possuir uma das patologias descritas acima, serão inseridos no projeto e receberão uma carteira de registro de atendimento.

Após esta etapa os pacientes serão avaliados pelos professores supervisores das atividades (Farmacêuticos e enfermeiros) para uma análise mais detalhada da condição de saúde do paciente. Neste momento será realizado o registro de dados antropométricos e avaliações de parâmetros bioquímicos e da pressão arterial dos indivíduos. Todos estes procedimentos serão registrados em uma ficha de acompanhamento do paciente.

Na próxima etapa será realizada a montagem de um cronograma de visitas mensais das equipes dos cursos nos bairros, estabelecendo um local e uma data fixa para a realização das ações. Em todas as atividades haverá a participação dos acadêmicos dos diversos cursos inseridos no projeto, supervisionados pelos docentes da Instituição de Ensino.

Durante as visitas mensais os pacientes presentes que estiverem devidamente inseridos nos projetos receberão atendimentos de saúde gratuitos como:

- Aferição de pressão arterial;
- Avaliação da glicemia capilar;
- Acompanhamento farmacoterapêutico;
- Consulta de enfermagem;
- Orientações nutricionais;
- Orientações gerais de cuidados em saúde;

Através das visitas mensais in loco, os integrantes do projeto irão promover educação em saúde, informando os próprios pacientes sobre a importância da realização de uma rotina de acompanhamento persistente dos fatores complicadores da doença. Realizar oficinas, orientações e palestras sobre saúde e qualidade de vida a estes indivíduos. Além de atividades recreativas como danças gincanas e outros.

### QUADRO RELÁTORIOS DE ATIVIDADES LABIESPES

ATIVIDADES REALIZADAS 2016		
EXAMES	PÚBLICO ALVO	TOTAL DE EXAMES
Ácido Úrico	Diabéticos e hipertensos Comunitários Acadêmicos IESPES	85
Beta HCG	Seara Comunitários	11
Colesterol e frações	Acadêmicos do IESPES Comunitários Diabéticos e hipertensos	189
Colesterol Total	Acadêmicos do IESPES Comunitários Diabéticos e hipertensos	194
Creatinina	Acadêmicos do IESPES Comunitários Diabéticos e hipertensos Seara	185
Glicemia capilar	Ações externas (esperança na comunidade): Atendimentos no shopping (Rio Tapajós), Pérola do tapajós (feira do livro), colégio São Francisco de Assis (Professores), Praça Tiradentes (PAC), Casa de Cultura, Colégio Dom Amando, Corrida outubro rosa (Sanclin), Colégio Terezinha de Jesus, Grupos de hiperdia (Santíssimo e São Raimundo Nonato),	1.063

	Comunidade Santa Rita de Cássia, Blitz vestibular IESPES.	
<b>Glicemia capilar</b>	Acadêmicos do IESPES Comunitários Diabéticos e hipertensos (LabiESPES).	<b>816</b>
<b>Glicose (Dosagem Bioquímica)</b>	Acadêmicos do IESPES Comunitários Seara Diabéticos e hipertensos Colégio São Francisco (Professores)	<b>210</b>
<b>Hemograma</b>	Acadêmicos do IESPES Comunitários SEARA Centro da criança Diabéticos e hipertensos UMEI (bairro: Santana) UMEI (bairro: Santarenzinho)	<b>559</b>
<b>Parasitológico</b>	Acadêmicos do IESPES Comunitários SEARA UMEI (bairro: Santana) Diabéticos e hipertensos UMEI (bairro: Santarenzinho)	<b>255</b>
<b>Tipo e fator Rh</b>	Acadêmicos do IESPES Comunitários e funcionários Diabéticos e hipertensos Praça Tiradentes (PAC), Colégio Dom Amando, Colégio Terezinha De Jesus, Colégio São Francisco de Assis(alunos), Casa de cultura.	<b>322</b>
<b>Triglicerídeos</b>	Acadêmicos do IESPES, Comunitários Colégio São Francisco (Professores) Diabéticos e hipertensos.	<b>201</b>
<b>Uréia</b>	Acadêmicos do IESPES Comunitário Colégio São Francisco (Professores).	<b>172</b>
<b>Aferição de pressão arterial</b>	Grupos de hiperdia ( Santíssimo, São Raimundo Nonato e LABIESPES comunitários ) Acadêmicos do IESPES Colégio Terezinha de Jesus	<b>1.379</b>



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

	Praça Tiradentes (PAC) Shopping Rio Tapajós Comunidade Santa Rita de Cassia	
<b>VHS ( Velocidade de hemossedimentação )</b>	Comunitários	3
<b>Coagulograma</b>	Comunitários	1
<b>Urinalise</b>	Comunitários Seara Diabéticos e hipertensos	194
<b>Hemoglobina Glicada</b>	Comunitários Diabéticos e hipertensos	10
<b>TOTAL DE EXAMES REALIZADOS NÚMERO DE PACIENTE ATENDIDO</b>		<b>Total - 5.849 Pacientes-1.081</b>

Quadro Nº 10

Fonte: Frequência dos atendimentos realizados no Projeto.

#### 4.4 Projeto Saúde Esperança

4.4.1 Objetivo Geral: O Projeto Saúde Esperança iniciou no dia 24 de novembro de 2014, com o objetivo de contribuir para saúde bucal de crianças na faixa etária de 05 a 13 anos de escolas municipais de bairros periféricos, creches e abrigos de Santarém. As crianças avaliadas com maiores problemas recebem tratamento com custo baixo na clínica odontológica da Fundação Esperança. O projeto Saúde Esperança, em 2016, realizou ação, na Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI Santarenzinho, com crianças de 2 a 5 anos. Foram realizadas palestras educativas, aplicação de flúor e triagem de crianças que serão beneficiadas com tratamentos odontológicos gratuitos na Fundação Esperança em 2017.

O fluxo do projeto acontece da seguinte forma, as crianças são divididas em duplas para receber os atendimentos de saúde bucal, além disso, o projeto oferece transporte para que elas cheguem até a clínica e depois retornem para suas residências.

4.4.2 O público alvo: É formado por crianças de 05 a 13 anos, devido à facilidade de interação com elas. A preocupação é com a troca da dentição presente nesta idade.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

CNPJ: 05.409.222/0001-86

EXERCÍCIO: 2016.

#### 4.5 Projeto Quilombo – Saúde comunitária

##### 4.5.1 Objetivo Geral:

➤ Melhorar a saúde de crianças e adultos de 04 (quatro) Comunidades Pólo da área de abrangência da Mineração Rio do Norte - MRN: **MOURA, TAPAGEM/SAGRADO, CORAÇÃO DE JESUS e CURUÇA/JAMARI**, através de consultas médicas e de enfermagem, exames laboratoriais e palestras educativas.

##### 4.5.2 Objetivos Específicos:

- Prestar assistências de enfermagem periódica à população que procura o serviço de saúde;
- Desenvolver e implementar protocolos de enfermagem para problemas de saúde frequentemente encontrados;
- Implementar um programa de prevenção, educação em saúde e atenção primária constante;
- Treinar agentes comunitários em atenção primária à saúde e
- Prestar outros serviços relacionados à saúde e desenvolvimento conforme a oportunidade e necessidade, como: imunização, água, saneamento, odontologia, campanha de desparasitação e rastreamento para outros problemas de saúde.

4.5.3 População Alvo: População Quilombola, estes integrantes de quatro Comunidades Quilombolas, que são: **Moura, Tapagem/Sagrado, Jamari/Curuça e Coração de Jesus.**

- **1º Pólo de Atendimento: Comunidades Tapagem e Sagrado Coração de Jesus;**
- **2º Pólo de Atendimento: Comunidade Jamari/Curuça;**
- **3º Pólo de Atendimento: Comunidade Moura;**
- **4º Coração de Jesus.**

O Projeto Quilombo é uma parceria entre a Mineração Rio do Norte (MRN) e a Fundação Esperança, e foi criado no ano 2000. São mais de 15 anos de atendimento de saúde que iniciaram em dois polos (Moura e Jamari) e, atualmente, melhoram a saúde de crianças e adultos de três polos (Moura, Curuçá e Tapagem) e mais 19 comunidades, em áreas rurais do município de Oriximiná onde se encontra uma grande população remanescente de quilombos.

A equipe de aproximadamente 14 profissionais viaja de barco uma vez por mês até o alto e médio Trombetas, onde estão localizados os polos de atendimento. Todos os equipamentos e insumos são transportados a pé até a comunidade, onde a estrutura utilizada para os atendimentos é montada.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

O projeto identifica e trata patologias com assistência integral a saúde que abrange atendimento médico, de enfermagem, imunização, acompanhamento de crescimento e desenvolvimento infantil, coleta de PCCU, além de exames de laboratório e doação de medicamentos.

No ano 2006, a Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná fez parceria com o projeto Quilombo, reforçando os recursos humanos. A integração de um técnico de enfermagem e uma enfermeira possibilitou a capacitação dos profissionais do município para lidar com essa população diferenciada. A partir do ano 2008, a parceria possibilitou também a doação de medicamentos.

O projeto Quilombo tem alcançado, ao longo dos anos, resultados surpreendentes na melhoria da qualidade de vida das populações remanescentes de quilombos que vivem em comunidades na margem do Rio Trombetas.

Além dos atendimentos de saúde, o projeto Quilombo oferece educação em saúde, incluindo a cada visita, orientações sobre aleitamento materno, alimentação complementar, higiene e tratamento de água, além de vacinação e planejamento familiar.

**Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios/ Consultas Médicas e de Enfermagem**

ESPECIALIDADES	QUANTIDADES
Medicina Geral - Medico	1.147
Pré-natal-Enfermagem	168
Planejamento Familiar-Enfermagem	602
Ginecologia-Enfermagem	182
<b>Total</b>	<b>2.099</b>

Quadro Nº 11

Fonte: Relatórios das Atividades realizadas mensais do Projeto Quilombo.

**Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios Consultas Médicas e de Enfermagem.**

ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO	Nº DE ATENDIMENTOS
Consultas: Médicas e de Enfermagem	2.955
Exames Laboratoriais	1.518
Acompanhamento Nutricional (CD e pesagem)	834
Serviço Ambulatorial (coleta PCCU)	110
Total de Atendimentos Gratuitos	5.417
<b>TOTAL DOS VALORES ENVOLVIDOS</b>	<b>R\$ 398.165,48</b>

Quadro Nº 12

Fonte: Relatórios das Atividades realizadas mensais do Projeto Quilombo.



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

As Atividades Complementares são de fundamental importância para o sucesso dos atendimentos realizados nas Comunidades, pois se entende que o acesso à medicação prescrita, irá assegurar que estes comunitários façam o uso correto, e assim, combata as diversas enfermidades que enfrentam.

A imunização, obedecendo às orientações do Sistema Único de Saúde-SUS, também tem sua participação efetiva no combate a doenças e previne epidemias. Além da importância de sensibilizá-los da necessidade de ter bons hábitos alimentares e de higiene, esses temas são apresentados e melhor assimilados através das Palestras Educativas que são ministradas pelos profissionais da área da saúde, com temas que visam propor a mudança de hábitos, em busca de melhorar a qualidade de vida. O quadro abaixo traz a demonstração destas atividades que enriquecem as ações da Fundação Esperança:

**Quadro demonstrativo dos serviços e valores dos benefícios não obrigatórios Projeto Quilombo.**

<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	
Viagens executadas	10
Palestras	27
Educação em Saúde/Participantes	632
Medicamentos distribuídos – métodos (UN)	81.130
Imunização (doses)	684

Quadro Nº 13

Fonte: Relatórios das Atividades realizadas mensais do Projeto Quilombo.



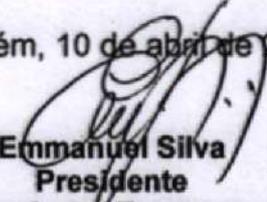
CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

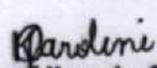
## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

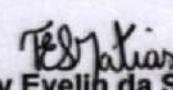
A Fundação nasceu em 1970 graças à iniciativa do médico e sacerdote, **Frei Lucas**, que fundou o projeto de assistência social em prevenção e tratamento de saúde das pessoas em situação de vulnerabilidade social na região Oeste do Pará. Desde então, a Fundação Esperança oferece na sede localizada no Bairro Caranazal, na cidade de Santarém, Oeste do Pará, serviços em assistências médicas ambulatoriais, odontológicas, com atenção especial à saúde da mulher e da criança. Outra área de atenção especial da Fundação é a educação para o desenvolvimento local. Desde 1996, quando foram lançados os primeiros cursos profissionalizantes, e posteriormente, com a criação do Instituto Esperança de Educação Superior (IESPES) e do Centro Educacional Profissional Esperança (CEPES), são ofertados cursos de graduação, e técnicos, como forma de garantir a confiabilidade dos serviços oferecidos à população carente desta região utilizou a competência de seus serviços. Visando buscar soluções práticas e alternativas para a utilização de tecnologia apropriada a fim de solucionar os problemas que surgem e, manter a credibilidade de seu trabalho através da qualidade dos serviços oferecidos pela Instituição.

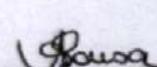
Na área de Assistência Social enfatiza a prevenção e na Educacional investe nos cursos de graduação, cursos técnicos profissionalizantes, e de pós-graduação. Todavia, não se pode deixar de reconhecer a participação de outras entidades, empresas, instituições e pessoas que colaboram para a realização deste trabalho, para que a luta por saúde e educação melhores façam parte da realidade deste município.

Santarém, 10 de abril de 2017.

  
**Emmanuel Silva**  
 Presidente  
 Fundação Esperança  
 CPF 047.726.952-49

  
**Kelly Caroline da Silva Melo**  
 Fundação Esperança  
 Contador CRC – PA 017090/O-2

  
**Thammy Evelin da Silva Matias**  
 Assessora Jurídica  
 OAB-16714

  
**Andréia Carvalho de Sousa**  
 Assistente Social  
 CRESS 5407- 1ª R



CNPJ(MF) 05.409.222/0001-86 – INSC. ESTADUAL 15.083.227-3  
 CERTIFICADO DO CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
 UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Dec. Nº 86.174 – 02/07/81  
 UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL – Lei Nº 4.789 – 04/09/78  
 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – Lei Nº 7.714 – 20/04/78

## ANEXOS PARA RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

- 1- Cópia da ATA da Assembléia Geral e Posse da Diretoria da Fundação Esperança, Triênio (Abril de 2014 a abril de 2017), datada em 23 de abril de 2014;
- 2- Estatuto Fundação Esperança;
- 3- Cópia dos documentos pessoais do Presidente da Fundação Esperança, Emmanuel Silva RG, CPF e Comprovante de Residência;
- 4- Cópia da Carteira do Conselho Federal de Medicina
- 5- Cópia do Balanço Patrimonial, ano 2016;
- 6- Cópia do Relatório e do Parecer do auditor;
- 7- Cópias das Certidões: Negativa de Débitos, Negativa de Natureza Tributária e Negativa de Natureza Não Tributária da Fundação Esperança;
- 8- Cópias das Certidões: Negativa de Débitos, Negativa de Natureza Tributária e Negativa de Natureza Não Tributária do Centro de Educação Profissional Esperança-CEPES;
- 9- Cópias das Certidões: Negativa de Débitos, Negativa de Natureza Tributária e Negativa de Natureza Não Tributária do Instituto Esperança de Ensino Superior-IESPES;
- 10- Cópia da Certidão Conjunta Negativa;
- 11- Cópia da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;
- 12- Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, Fundação Esperança;
- 13- Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, CEPES;
- 14- Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, IESPES;
- 15- Cópia do Decreto de Utilidade Pública Municipal em 20/04/1978;
- 16- Cópia do Decreto de Utilidade Pública Estadual em 04/09/1978;
- 17- Cópia do Decreto de Utilidade Pública Federal em 09/07/1981;
- 18- Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social;
- 19- Cópia do Ofício nº1475/2016/DIAN/CGCEBAS/DPR/-MEC referente ao deferimento do processo Certificação; CEBAS - Processo de nº 71010.005080/2009-
- 20- Cópia da Declaração do Gestor Municipal da Saúde;
- 21- Cópia do Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social;
- 22- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Matriz;
- 23- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CEPES;
- 24- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – IESPES;
- 25- Registros das Atividades Desenvolvidas;
- 26- Relatório de Bolsas Institucionais - CEPES;
- 27- Relatório de Bolsas Institucionais - IESPES.

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013, O RELATÓRIO DE ATIVIDADES, ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA FUNDAÇÃO ESPERANÇA, COM SEDE SITO À RUA COARACY NUNES, Nº 3344, NO BAIRRO CARANAZAL, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.409. 222/0001-86.**

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Fundação Esperança realizada no dia 23 de Abril de 2014. Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e quatorze, na sala 03 do IESPES, na Rua Coaracy Nunes, 3315, no Bairro do Caranazal, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, reuniram – se em Assembleia Geral Ordinária, os membros da Fundação Esperança. Às 19:00h, em primeira convocação não houve quórum, portanto, foi feita a segunda convocação às 19:30, o Vice Presidente Sr. Ivair Chaves, na qualidade de Presidente da Assembleia, declarou aberta a sessão. Convidou os membros da atual Diretoria para compor a mesa e também o Conselho Curador, representado pelos Srs. Emanuel Silva e Vânia Maia, aos quais foi solicitado que secretariassem os trabalhos da mesa. O Presidente Sr. Ivair saudou a todos os presentes e em seguida solicitou um minuto de silêncio em memória dos membros falecidos e justificou a ausência do Presidente Sr. José Pinheiro que esta viajando a trabalho, agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Pe. Carlos Figueiredo e continuou, apresentando o novo Gerente Geral Edney Martins Pimentel e Pe Auricélio Paulino que é representante da Igreja católica, que juntos estão abraçando esta causa de grande importância da missão e valores da Fundação, deixados pelo seu fundador Frei Lucas Tupper. À convite do Presidente a Sra. Vania Maia leu o edital de convocação, o qual foi divulgado no jornal Tribuna do Tapajós e nos meios de comunicação: Radio Tapajós e Radio Rural de Santarém, informando os dois assuntos a serem deliberados na Assembleia. 1. Prestação de contas do ano de 2013 e Orçamento para o ano de 2014. 2. Eleição e Posse da Nova Diretoria. Seguindo, o vice Presidente convidou o responsável do setor de contabilidade Sr. Joao Nilton, que apresentou a prestação de contas de 2013, com explicações mais detalhadas do responsável do jurídico Sr. André Lisboa sobre a parte jurídica da empresa a qual está em boa situação perante a sociedade graças ao trabalho efetivo de todos que compõem a família esperança: colaboradores, diretores e toda equipe administrativa. Dando seguimento, o Conselho Curador deu seu parecer favorável após examinar a documentação referente ao balanço patrimonial e balanço financeiro referente ao ano de 2013. Declaram que o mesmo encontra-se em ordem, de acordo com os princípios contábeis. Por essa razão, são de parecer favorável que as contas da atual diretoria, referente ao exercício de 2013, devem ser aprovadas pela Assembleia Geral convocada para este fim. A Sra. Vania ressaltou o trabalho efetivo de todos. O Presidente Sr. Ivair colocou para a votação da Assembleia o balanço patrimonial e financeiro e o Orçamento para o ano de 2014 da Fundação e os mesmos foram aprovados por unanimidade pelos presentes. O Sr. Daniel Weiss lembrou que a Fundação tem que trabalhar mais no marketing da Instituição. O Sr. Emmanuel informará

14 MAIO 2014



por e-mail para todos os membros da Assembleia todos os acontecimentos, destacando os atos da Diretoria. Para a eleição da nova diretoria foi apresentada apenas uma chapa. A mesma foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Assembleia declarou a chapa vencedora que ficou assim eleita: Conselho Diretor – Presidente Emmanuel Silva, RG 58100155 SSP/SP, CPF 047.726.952-49 ; Diretor Vice-Presidente José Pinheiro Lopes Jr., RG 5666676 SEGUP/PA, CPF 023.834.702-87; Diretor Secretário Renato Dantas, RG 4474461 SEGUP/PA, CPF363096137-15; Diretor 2º Secretário - Denis Rodrigo Rego Maia, RG 3879866 SEGUP/PA, CPF 067.552.322-20 ; Diretor Tesoureiro - Ivanilson Malheiros , RG 2499555 SEGUP/PA, CPF 039739992-87 ; Diretor 2º Tesoureiro – Sival Ferreira de Azevedo, RG 14757 SEGUP/PA, CPF 080.899.222-87 ; Membros Suplentes do Conselho Diretor - Maria Clara de Mendonça Alho Imbiriba, RG 6042916 SEGUP/PA, CPF 147314602-00; Bruno Maciel Moura de Sousa, RG 3008686 SEGUP/PA , CPF665.625,382-20 ; Suerley Cunha RG 4504 OAB PA , CPF 186785722-72 . Conselho Fiscal: Presidente Manoel Ivair Chaves. RG 5297427 SEGUP/PA; CPF 001.486.362 – 88 Vice Presidente Antônio Jorge Hamad, RG 4374 D CREA PA, CPF 023.024.622- 20, Secretário Jocivan Antônio Pedroso da Silva, RG 0554945 SEGUP/PA, CPF 195.649.962-87; e Suplentes Eliane Machado Lima Chaves, RG – 2148434 SEGUP/PA, CPF 338686892-49 ; Álvaro Nelson Mota , RG 4701400 SEGUP/PA, CPF 152.192.912-20; Daniel Weiss, RNE V596682 – P, CPF 536.376.742 -20. Assembleia Geral: Presidente Vânia Pereira Maia, RG 3290041 SEGUP/PA, CPF 091.611.982–34; Vice Presidente Geraldo Maria Albuquerque Sirotheau, RG 4478 OAB/ PA, CPF 097.476.722–00. Em seguida o Presidente declarou empossados os novos conselheiros da nova diretoria para o triênio de 2014 a 2017. Em seguida o Presidente deu por encerrada a Assembléia, às 21h15min, anexando a esta ata a lista de presença, o Edital de Convocação e o Parecer do Conselho Fiscal. Eu, Marinete Bentes de Vasconcelos, redigi a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

Santarém, 23 de Abril de 2014.

*Marinete Bentes de Vasconcelos*

Marinete Bentes de Vasconcelos

Secretária



*Marinete Bentes de Vasconcelos*  
*[Handwritten signature]*



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA FUNDAÇÃO ESPERANÇA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
2º Ofício  
Pedro Evaristo Furtado Vieira  
Oficial  
Eunice Alexandra Ferrreira Vieira  
I. Marcus Aurélio C. Vieira  
Substituto  
SANTARÉM - ESTADO DO PARÁ  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia sete de março do ano de dois mil e doze, no Auditório do IESPES, a Rua Coaracy Nunes 3315, Caranazal na cidade de Santarém, reuniram-se em os membros da Fundação Esperança. O Presidente Dr. Jose Pinheiro Lopes Junior deu abertura as 20 hs em segunda convocação; o número de membros era insuficiente para a primeira convocação. Para compor a mesa o Presidente convocou os Srs. Renato Dantas e Raimundo Agenor Coelho Galúcio que são os membros do Conselho Diretor da Fundação Esperança. Em seguida o Presidente José Pinheiro iniciou a reunião saudando a todos os presentes; lembrando dos membros falecidos que tanto contribuirão para o bom desenvolvimento das atividades da Saúde e Educação: Srs. Gerald Tupper e Paulo Correa; ressaltou que o Sr. Carlos Lisboa de Mendonça, estando em visita nas dependências da Fundação Esperança, notou o grau de desenvolvimento institucional e doou uma quantia em dinheiro para a instituição. Dando seguimento o Dr. André Lisboa iniciou a explanação do Estatuto Social da Entidade com possíveis mudanças com a finalidade de atender a Legislação vigente. As mudanças do Estatuto devem ser aprovadas pela Assembleia Geral, que é o órgão Máximo de decisão. Pelo Novo Estatuto a Procuração deve ser eliminada na eleições, o Regimento Interno também é uma norma que deve existir; anteriormente o Estatuto só havia votação para Diretoria (Conselho Diretor) e o Conselho Fiscal (Conselho Curador). Foi sugerido o aumento de Membros Titulares e Suplentes para que não falem pessoas para tomada de decisão em reuniões da Diretoria; foi sugerida ainda a Elaboração e Aprovação do Regimento Interno pela Diretoria; no Conselho Fiscal se formaria uma auditoria interna formada por colaboradores da instituição. O Presidente José Pinheiro questionou se a atual Diretoria ainda poderia concorrer desde que cada membro não permaneça na mesma função o que foi confirmado que sim. O Sr. Dewis Serruya questionou a duração do mandato de cada diretoria, o que foi respondido que é de três anos cada mandato de gestão. O Pe. José Ronaldo complementou que a aprovação das alterações do Estatuto só irá melhorar as atividades da instituição. O Presidente solicitou que os membros votassem na aprovação das alterações do Estatuto da Instituição, qual foi aprovado por aclamação por todos os presentes, ficando com a seguinte redação: **ESTATUTO SOCIAL - FUNDAÇÃO ESPERANÇA - TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, REGULAÇÃO, SEDE, FORO E FINS - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E REGULAÇÃO - Artigo 1.** A FUNDAÇÃO ESPERANÇA foi instituída por ESPERANÇA INCORPORATED, SOCIEDADE DOS PADRES FRANCISCANOS DO RIO TAPAJÓS e PRELAZIA DE SANTARÉM, através de escritura pública, em 12 de dezembro de 1977, formando uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, constituída sob a estrutura jurídica de uma fundação, nos termos do artigo 62 do Código Civil, sem prazo final de duração. **Parágrafo Primeiro** - A FUNDAÇÃO ESPERANÇA possui inscrição perante o CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº 05.409.222/0001-86. **Parágrafo Segundo** - É qualificada como uma entidade beneficente de assistência social, uma vez que, desenvolve a promoção humana preponderantemente na área da educação e de forma secundária na área assistência social e saúde, nos moldes da Lei 12.101/2009, do Decreto 7.237/2010 e da Portaria 1970/2011 do Ministério da Saúde. **Artigo 2.** A FUNDAÇÃO ESPERANÇA será regida pelo presente Estatuto Social consolidado, pelo Regimento Interno e pelas leis e normas vigentes no ordenamento pátrio que regulam de forma direta e ou indireta as fundações. **CAPÍTULO II - DA SEDE E FORO. Artigo**



OP

3. A **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** tem foro e sede na cidade de Santarém/PA, sita a Rua Deputado Coaracy Nunes, 3344, Bairro Caranazal, CEP 68040-100. **Parágrafo Primeiro** - A **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** poderá: (i) abrir e manter unidades na condição de filiais em todo território nacional para celebrar com terceiros de reputação ilibada, e desde que instituídos como pessoas jurídicas que comunguem com iguais fins, representações da unidade de comando, respeitados os limites do território brasileiro. **Parágrafo Segundo** - São filiais da Fundação Esperança:

FILIAL	CNPJ	ENDEREÇO
Cepes	CNPJ 05.409.222/0005-00	Rua Deputado Coaracy Nunes, 3315 - B
Iespes	CNPJ 05.409.222/0004-29	Rua Deputado Coaracy Nunes, 3315
Tupper	CNPJ 05.409.222/0003-48	Rua Deputado Coaracy Nunes, 3315 - A

**CAPÍTULO III - DAS FINALIDADES E OBJETIVOS - Artigo 4. A FUNDAÇÃO ESPERANÇA** possui atividade preponderante na área da **Educação**, cujas principais finalidades seguem abaixo: **I** - Promover de forma preponderante e dentro do agrado da Sociedade dos Padres Franciscanos Missionários do Rio Tapajós e Esperança Incorporated de Phoenix, Arizona, EEUU, o desenvolvimento e o aprimoramento educacional na Região Amazônica, nos níveis técnico-profissionais, médios e superiores através de institutos e organismos próprios dos quais participe como instituidora ou mantenedora, bem como o seu acesso pelas pessoas carentes da comunidade em que atua; **II** - Desenvolver estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico, ecológico e tecnológico da região e do País; **III** - Celebrar com organismos congêneres, instrumentos de convênios ou parcerias, que visem à promoção conjunta do desenvolvimento da educação; **IV** - Instituir, apoiar, fomentar e gerir o Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES e o Centro de Educação Profissional Esperança - CEPES. **Parágrafo Primeiro** - A **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** também desenvolverá de forma secundária, atividades voltadas para a área da **Saúde**, cujas principais finalidades seguem abaixo: **I** - Promover assistência médica por meio de atendimentos ambulatoriais a toda comunidade, destinando parte deles, de forma gratuita, ao público alvo da legislação vigente que regulamenta o Terceiro Setor; **II** - Incrementar a expansão de programas de saúde destinados ao bem estar biopsíquico do indivíduo e da comunidade, objetivando a interiorização da medicina preventiva; **III** - Realizar exames laboratoriais de análises clínicas em que estiver habilitado a promover, de forma gratuita à população carente; **IV** - Contribuir para promoção e a manutenção da saúde bucal, tornando a clínica dentária uma referência de atendimento odontológico básico dentro do município de Santarém e do Pará; **V** - Recrutar, selecionar e treinar pessoal para atividades no campo de saúde. **Parágrafo Segundo** - A **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** visando atingir sua missão, também desenvolverá atividades de forma continuada, permanente e planejada, voltadas a promoção da **Assistência Social**, por meio de ao menos uma das seguintes formas: **I** - De atendimento visando prestar serviços, executar programas ou projetos e conceder benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos carentes e reconhecidamente pobres, nos termos da legislação vigente; **II** - De assessoramento no sentido de prestar serviços e executar programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações.



*[Handwritten signature]*

de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 12.435/10; **III** - De defesa e garantia de direitos por meio da prestação de serviços e execução de programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa do cidadão, atendimento ao público da política de assistência social, conforme regula a referida lei 12.435/10. **Parágrafo Terceiro** - A FUNDAÇÃO ESPERANÇA atenderá, guardados os limites legais e cumulados aos orçamentários, às seguintes diretrizes básicas: **I** - A promoção de seus atendimentos será destinada em parte, para pessoas em estado de vulnerabilidade social, nos termos da LOAS, da Lei 12.101/2009 e do Decreto 7.237/2010, quais sejam, aquelas reconhecidamente pobres nos termos da lei; **II** - Não fará distinção de raça, sexo, cor, idade, credo religioso ou político, bem como condição social, o que garantirá a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; **III** - Sua missão poderá ser desenvolvida de forma direta e/ou indireta por meio de parcerias com organismos congêneres, públicos ou privados, desde que reconhecidos como de utilidade pública pelo município de atuação. **TÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO.** **Artigo 5.** Serão responsáveis pela administração e fiscalização da FUNDAÇÃO ESPERANÇA: **I** - A Assembleia Geral; **II** A Diretoria; **III** - O Conselho Fiscal. **Artigo 6.** Os membros da Assembleia, da Diretoria e do Conselho Fiscal não perceberão qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelo presente estatuto. **Parágrafo Único** - Sem embargo da proibição contida neste artigo, não haverá incompatibilidade de prestação de serviços profissionais remunerados, desde que, não se confunda com qualquer atividade relacionada com a função diretiva ou de conselheiro, ante aos princípios constitucionais da liberdade do trabalho e isonomia de direitos. **Artigo 7.** Os membros da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal, não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela FUNDAÇÃO a não ser por omissão culposa, que implique em dano, ou na hipótese de agir com excesso de mandato. **CAPÍTULO I - DA ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 8.** A Assembleia Geral é o órgão máximo deliberativo da FUNDAÇÃO ESPERANÇA. **Parágrafo Primeiro** - Constituem a Assembleia Geral: **I** - Os fundadores qualificados na Escritura Pública de Constituição; **II** - Os Representantes legais dos Instituidores da Fundação, subscritores da Escritura Pública da sua Constituição, indicados, paritariamente, conforme documento arquivado na Secretaria da Fundação; **III** - Os associados colaboradores que forem aprovados pela Assembleia Geral, desde que possuam reputação ilibada, de capacidade cultural ou administrativa, e comunguem com a missão da Fundação. **Parágrafo Segundo** - Os fundadores e associados colaboradores que, sem justificativa prévia, faltarem a duas reuniões da Assembleia Geral consecutivas ou três alternadas, passarão a constituir a categoria de membros inativos da Fundação, não podendo mais participar das decisões da Assembleia Geral e dos demais atos relativos às atividades da Fundação, mantidos, entretanto, honorificamente, como associados da Fundação. **Parágrafo Terceiro** - A Assembleia Geral elegerá, dentre os seus membros, o seu Presidente e o Vice-Presidente, com mandato de 3 (três) anos, eleitos conjuntamente com os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, todos pertencentes a mesma chapa, competindo ao vice-presidente substituir o Presidente em seus impedimentos ou na vacância do cargo. **Parágrafo Quarto** - O Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral poderão ser reeleitos para mais um mandato. **Artigo 09.** Compete ao Presidente da Assembleia Geral, convocar, ordinária e extraordinariamente, e dirigir os seus trabalhos. **Artigo 10.** A Assembleia Geral reunir-se-á: **(i) Ordinariamente**, uma vez ao ano, no primeiro trimestre, para apreciação e aprovação do orçamento e do Balanço Anual, bem como



WP

para conhecer a prestação de contas e o relatório apresentado pela **Diretoria** e trienalmente para proceder às eleições previstas nos itens I e II, do § único do artigo 8º, (ii) **Extraordinariamente**, quando convocado pelo seu Presidente, ou por dois terços (2/3) dos membros da **Diretoria** ou do Conselho Fiscal. **Parágrafo Primeiro** - As deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade. **Parágrafo Segundo** - Compete ao **Regimento Interno** a determinação de matérias que exijam o "quorum" especial, ficando desde já, estabelecida a exigência de 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes na **Assembleia Geral** para deliberação sobre as seguintes matérias: **I** - Destituição dos membros dos Órgãos Administrativos (**Assembleia Geral**, **Diretoria** e **Conselho Fiscal**), em sendo comprovada falta administrativa grave; **II** - Aprovação de alienação de bens imóveis da **FUNDAÇÃO** e autorização à **Diretoria** para todas as providências necessárias à ulatimação de alienação; **III** - Alteração do presente estatuto; **IV** - Aprovação das contas da **Diretoria**. **Parágrafo Terceiro** - A convocação para a reunião ordinária ou extraordinária será feita com antecedência mínima de 03 (três) dias que, por sua vez, será devidamente publicada em jornal de circulação no município de Santarém. **Parágrafo Quarto** - O Edital de convocação mencionará o dia, hora e local em que será realizada a reunião e, ainda que sumariamente, a ordem do dia, podendo também evidenciar, desde logo, dia, hora e local da segunda convocação. **Parágrafo Quinto** - Objetivando participação mais abrangente poderão os membros da Assembleia Geral ser convocados através de meios de comunicação suplementares. **Parágrafo Sexto** - Salvo disposição em contrário, a Assembleia Geral, em primeira convocação, somente deliberará com a presença, pelo menos, da maioria absoluta dos seus membros, enquanto que, na segunda convocação, decidirá com qualquer número. **Parágrafo Sétimo** - Não serão permitidos votos por procuração de membros ausentes, devendo ser computados, portanto, somente os votos dos presentes em Assembleia. **Artigo 11.** Competem privativamente à Assembleia Geral as seguintes matérias: **I** - Zelar para que a **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** cumpra o seu **Estatuto Social** e **Regimento Interno**, bem como as leis e normas das autoridades competentes; **II** - Um mês antes do término dos mandatos da **Assembleia Geral**, **Diretoria** e do **Conselho Fiscal**, eleger os seus membros para o mandato seguinte, designando os respectivos Presidentes; **III** - Destituir membros da **Diretoria**, desde que comprovada falta administrativa grave; **IV** - Prover a ocupação de qualquer cargo vago na **Diretoria**, até o fim do mandato em curso; **V** - Deliberar sobre a aceitação de doações com encargos; **VI** - Aprovar o plano de trabalho da **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** e a proposta orçamentária; **I** - Deliberar sobre os relatórios finais de atividades prestação de contas e sobre o balanço geral da **FUNDAÇÃO ESPERANÇA** em cada exercício; **II** - Deliberar sobre a abertura de créditos adicionais solicitadas pelo Diretor Presidente; **III** - Aprovar a permuta/alienação de bens imóveis da **FUNDAÇÃO**, ouvido o Ministério Público, para o fim de que o produto da venda seja incorporado ao seu patrimônio, e fomentar eventual aquisição de outros mais rentáveis ou convenientes; **Alterar este estatuto**, observando o estabelecido no § 2º do **Artigo 10**; **I** - Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto, ouvido o Ministério Público no que couber; **II** - Aprovar a outorga de benemerência; **III** - Deliberar sobre a extinção da Fundação; **IV** - Exercer ou conferir a outros órgãos atribuições não especificados neste ato; **V** - Aprovar a admissão dos Associados Colaboradores indicados pela **Diretoria**; **VI** - Reconhecer o quadro de membros inativos previstos no parágrafo único do artigo sexto. **Parágrafo único** - Demais atos e atribuições de competências da Assembleia Geral serão especificados no Regimento Interno. **CAPÍTULO II - DA DIRETORIA - Artigo 12.** A **Diretoria** é o órgão executivo da administração central da **FUNDAÇÃO ESPERANÇA**, cabendo-lhe executar a política e diretrizes emanadas da Assembleia Geral. **Artigo 13.** Os membros da **Diretoria** serão eleitos pela Assembleia Geral e a investidura aos cargos far-se-á de forma

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
 Pedro Ewaldir Ferreira Vieira  
 Eunice Alexandra Ferreira Vieira  
 Substitutos  
 VALIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA



*[Handwritten signature]*

automática, após tal deliberação. **Artigo 14.** A Diretoria será constituída por 09 (nove) membros: I - Diretor Presidente; II - Diretor Vice Presidente; III - Diretor Secretário; V - Diretor Tesoureiro; VI - Diretor Segundo Tesoureiro; VII (três) membros Suplentes. **Parágrafo Primeiro:** A Diretoria poderá contratar, para a realização de suas atividades, seus objetivos, um ou mais superintendentes. **Parágrafo Segundo:** Todos os membros da Diretoria terão direito a voz e a voto nas deliberações advindas da Assembleia Geral, exceto os suplentes, vez que somente terão direito a voto quando convocados. **Artigo 15.** Os membros da Diretoria terão mandato de 03(três) anos, permitida a reeleição para mais um mandato. **Parágrafo Único -** Sem prejuízo do direito a voto, os demais integrantes da Diretoria substituirão os respectivos titulares no caso de vacância ou impedimento. **Artigo 16.** A Diretoria reunir-se-á como órgão colegiado: (i) **Ordinariamente**, mensalmente, de forma peculiar e periódica, em dia, local e horário a serem estabelecidos por seu Presidente, para conhecer e analisar o andamento de projetos de atividades. Além disso, se reunirá no primeiro trimestre para examinar o relatório e a prestação de contas do exercício anterior a serem encaminhados à Assembleia Geral; (ii) **Extraordinariamente**, por convocação de seu Diretor Presidente ou por, pelo menos, quatro dos seus membros. **Parágrafo Único -** As decisões da Diretoria serão tomadas, por maioria simples cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 17.** É competência da Diretoria: I - Administrar a FUNDAÇÃO, obedecidas às diretrizes fixadas pela Assembleia Geral; II - Superintender as atividades técnicas, administrativas e financeiras; III - Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias, bem assim as deliberações da Assembleia Geral; IV - Organizar, promover e incentivar programas que objetivem a participação apoio e contribuições das comunidades para o desenvolvimento das atividades da FUNDAÇÃO. V - Submeter à apreciação previa da Assembleia Geral os planos, programas de trabalho e respectivos orçamentos; VI - Apresentar à Assembleia Geral, dentro do primeiro trimestre de cada ano, o relatório das atividades desenvolvidas pela FUNDAÇÃO no exercício precedente; VII - Praticar todos os demais atos de gestão administrativa, diretamente ou por seus Superintendentes; VIII - Zelar para que sejam adotadas e mantidas na gestão das atividades da FUNDAÇÃO, normas administrativas e financeiras que lhes assegure absoluta segurança e total transparência; IX - Preparar o balanço anual e a prestação de contas a serem apresentadas à Assembleia Geral; X - Contratar serviços de terceiros visando a preservação de direitos e os interesses da FUNDAÇÃO, tais como: contadores, advogados, técnicos diversos, etc. XI - Elaborar e aprovar o Regimento Interno em complementação a este estatuto; **Artigo 18.** Aos Diretores aplicam-se, no que couber, as disposições da lei 6.404 de 15/12/76, das sociedades anônimas, em especial, quantos aos seus deveres e responsabilidades, que, por sua vez, encontram-se disciplinados nos artigos 153 e seguintes do mencionado diploma legislativo. **Parágrafo Único -** Os diretores devem empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo o homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios. **Artigo 19.** A falta de membro da Diretoria a 4 (quatro) reuniões ordinárias sucessivas, sem justificativa implica na perda do mandato, passando o seu cargo a ser considerado vago. **SEÇÃO I - DO DIRETOR PRESIDENTE - Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente: I - Representar a FUNDAÇÃO em juízo ou fora dele; II - Convocar ordinária ou extraordinariamente a Diretoria, presidindo seus trabalhos; III - Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral; IV - Dirigir e supervisionar as atividades da FUNDAÇÃO; V - Praticar os atos necessários à administração, inclusive a admissão e /ou demissão de funcionários; VI - Apresentar à Assembleia Geral: o Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária, bem como eventuais retificações, para cada exercício; a Prestação de Contas, Balanço Geral e o Relatório Anual de suas atividades; VII - Encaminhar às Autoridades competentes, os documentos exigidos por lei, após a aprovação destes pela Assembleia Geral,



Handwritten signature or initials.

quando couber; VIII - Indicar seus substitutos em suas ausências ou impedimentos; IX - Distribuir aos demais Diretores as tarefas pertinentes à Diretoria na administração das atividades e interesse da FUNDAÇÃO; e X - Outras funções que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno ou pela Assembleia Geral. **SEÇÃO II - DO DIRETOR VICE-PRESIDENTE - Artigo 21.** São atribuições dos Vice-Presidentes: I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e colaborar com este na direção e execução de todas as atividades do Conselho Diretor e da Fundação; II - Auxiliar e coordenar a diretoria e Conselheiros que lhe estão subordinados; III - Desempenhar outras funções ou atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente. **SEÇÃO III - DO DIRETOR SECRETÁRIO - Artigo 22.** Compete ao Diretor Secretário I - Secretariar as reuniões da Diretoria, redigindo as atas respectivas; II - Manter cadastro atualizado de todos os bens que compõem o patrimônio da FUNDAÇÃO; III - Velar pelo fiel cumprimento de todas as deliberações da diretoria; e, IV - Substituir o Diretor Vice Presidente na sua ausência. **SEÇÃO IV - DO DIRETOR SEGUNDO SECRETÁRIO - Artigo 23.** Compete ao Diretor Segundo Secretário: I - Substituir o Primeiro-Secretário em suas faltas ou impedimentos; II - Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término; III - Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro-Secretário. **SEÇÃO V - DO DIRETOR TESOUREIRO - Artigo 24.** Compete ao Diretor Tesoureiro: I - Movimentar as contas da Fundação juntamente com o Diretor Presidente; II - Manter atualizada a escritura do movimento econômico-financeiro; III - Elaborar o balanço anual. **SEÇÃO VI - DO DIRETOR SEGUNDO TESOUREIRO - Artigo 25.** Compete ao Diretor Segundo Tesoureiro: I Substituir o Primeiro-Tesoureiro; II - Assumir o mandato deste último em caso de vacância, até o seu término; III - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro-Tesoureiro. **SEÇÃO VII - DOS SUPLENTES - Artigo 26.** Compete aos Suplentes substituírem os titulares em seus impedimentos eventuais ou perda de mandato. **CAPÍTULO III - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 27.** O Conselho Fiscal é órgão de aconselhamento da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente, auxiliar a Diretoria e a Assembleia Geral na consecução dos fins da Fundação prestando informações a estes órgãos, quando consultado. **Artigo 28.** O Conselho Fiscal será constituído por (3) membros, titulares sendo Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três (3) anos. **Parágrafo Único -** A Assembleia Geral elegerá também três suplentes dos membros do Conselho Fiscal, que substituirão os titulares em seus impedimentos eventuais ou perda de mandato. **Artigo 29.** O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente, a fim de tomar conhecimento do balanço e da prestação de contas da Diretoria e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente, ou do Diretor Presidente da FUNDAÇÃO. **Parágrafo Primeiro -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e comunicadas aos interessados por documento protocolado. **Parágrafo Segundo -** O Presidente do Conselho Fiscal, além do voto pessoal, terá o voto de qualidade. **Parágrafo Terceiro -** A convocação do Conselho Fiscal será feita com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência. **Artigo 30.** Compete ao Conselho Fiscal: I - Apresentar à Assembleia Geral, quando solicitado, pareceres sobre os negócios e operações sociais do exercício, tomados por base o balanço, o inventário e as contas da Diretoria; II - Apresentar à Assembleia Geral quando solicitado, pareceres que auxiliem aquele órgão na tomada de decisões de sua competência; III - Apresentar recomendações à Diretoria e à Assembleia Geral, quando solicitado, sobre os seguintes assuntos: a. Alterações dos Estatutos e do Regimento Interno; b. Aplicações dos rendimentos e alterações do patrimônio; c. Alienação a qualquer título, de bens imóveis da FUNDAÇÃO; I - O Conselho Fiscal nomeará funcionários da entidade para realização de auditorias internas, visando auxiliar o desempenho das funções exclusivas deste Conselho. **Parágrafo Único -** Para fins de realização de auditoria interna, o quórum necessário será a maioria de votos dos membros da

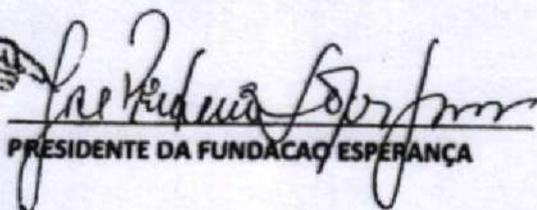


Diretoria. **TÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO - Artigo 31.** O patrimônio da FUNDAÇÃO ESPERANÇA, inclusive oriundos de suas filiais, será sempre constituído de: I - Dotação inicial e ou superveniente; II - Bens patrimoniais que lhes sejam doados por quaisquer pessoas; III - Superavit de suas atividades operacionais; IV - Subvenções e/ou auxílios do Poder Público destinados a formar o patrimônio da FUNDAÇÃO, ante sua missão de interesse público; V - Receita de promoções realizadas para concretizar suas finalidades. **Artigo 32. A FUNDAÇÃO ESPERANÇA** sempre aplicará suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. **Parágrafo Primeiro** - A FUNDAÇÃO ESPERANÇA desenvolverá por intermédio da Diretoria, um plano de aplicação do patrimônio, que somente poderá ser alterado quando decorrente de motivos supervenientes. **Parágrafo Segundo** - O plano de aplicação será obrigatoriamente apresentado à Assembleia Geral, que deverá votá-lo, ficando sua execução condicionada à sua prévia aprovação. **Parágrafo Terceiro** - É terminantemente vedada à distribuição do patrimônio, eventual superavit, bonificações ou quaisquer vantagens a diretores, Conselheiros e Curadores, sob qualquer forma, título ou pretexto, conforme dispõe o artigo 6 do presente estatuto. **CAPÍTULO I - DAS FONTES DE RECURSOS DESTINADAS A CUSTEAR O FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO - Artigo 33.** Constituem fontes de recursos da Entidade: **a) Recursos Próprios:** I - Rendimentos derivado de locações e/ou arrendamentos de imóveis próprios ou de terceiros; II - Receitas financeiras de qualquer ordem, mormente aquelas derivadas de títulos, ações, dividendos ou de natureza diversa; III - Usufrutos que lhe forem conferidos; IV - Receita de direitos autorais da mais diversa natureza; V - Outros de similares naturezas. **b) Recursos Privados:** I - Contribuições de associados; II - Doações de qualquer ordem; III - Rendas em seu favor constituídas por terceiros; III - Usufruto que lhe forem conferidos; IV - Recursos de patrocínios; V - Outros de similares naturezas. **c) Recursos Públicos:** I - Derivados da União, Estado, Município ou autarquias, através de instrumentos, tais como: convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e outros de similares naturezas; II - Incentivos fiscais e usufruto de isenções/imunidades tributárias. **d) Programas de Geração de Renda:** I - Receitas de prestação de serviços de educação e saúde; II - Receitas derivadas da licença, produção ou comercialização de produtos, de forma direta ou indireta; III - Participação em negócios geradores de renda que visem o fomento à missão da FUNDAÇÃO, em especial aqueles relacionados com empreendimentos industriais e/ou comerciais, desde que atendam aos seus interesses financeiros e não forem incompatíveis com suas finalidades estatutárias; IV - Parcerias que possam traduzir recursos para o desenvolvimento da FUNDAÇÃO; V - Congressos, Simpósios, Seminários, Cursos e outros eventos em geral, inclusive sorteios, guardado o cumprimento das obrigações acessórias; VI - Outros de similares naturezas. **TÍTULO V - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO FISCAL E DO ORÇAMENTO - Artigo 34.** O exercício financeiro da FUNDAÇÃO, coincidirá com o ano civil, ou seja, iniciar-se-á sempre no dia 1º de Janeiro e se encerrará no dia 31 de Dezembro de cada ano. **Artigo 35.** Até a data estabelecida pelo Regimento Interno, o Diretor Presidente apresentará à Assembleia Geral a proposta orçamentária para o exercício seguinte. **Artigo 36.** A Assembleia Geral terá o prazo de 30 (trinta) dias para deliberar sobre a proposta orçamentária a que se refere o Artigo anterior. **Artigo 37.** A apresentação anual de contas será feita pela Diretoria à Assembleia Geral, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno da FUNDAÇÃO. **Artigo 38.** O Ministério Público poderá determinar auditoria externa nas contas da FUNDAÇÃO correndo as despesas por conta desta, se compatíveis com seus recursos financeiros. **TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 39.** Para o fim de complementar o presente estatuto social, a FUNDAÇÃO elaborará um Regimento Interno, que



Handwritten signature or initials.

conterá normas de organizações e métodos, estruturas, competências, bem como acerca de quóruns deliberativos de matérias aqui não reguladas. **Artigo 40.** Para consecução dos seus fins, a FUNDAÇÃO poderá firmar Convênios ou Contratos com outras instituições congêneres ou afins. **Artigo 41.** O regime de contratações de Recursos Humanos da FUNDAÇÃO será o da Consolidação das Leis do Trabalho, ressalvado em casos esporádicos que esta instituição a contratação de mão de obra perene. **Artigo 42.** Todos os documentos que importarem em ônus ou obrigações para a FUNDAÇÃO deverão conter assinatura de dois diretores, ou de um diretor e um procurador especialmente designado, ou ainda de dois procuradores, neste caso, com prazo, poderes e limites expressos. **Artigo 43.** Para se alterar o presente estatuto é necessário que a reforma: (i) Seja aprovada pela Assembleia Geral, observando o disposto no § 2º do artigo 10 em conjunto com o inciso XII do artigo 11; (ii) Não contrarie os fins da FUNDAÇÃO; e, (iii) seja aprovado pelo Ministério Público. **Artigo 44.** A FUNDAÇÃO extinguir-se-á nos casos previstos no Código Civil Brasileiro, ou por decisão unânime dos membros presentes na Assembleia Geral, convocada para este fim, casos em que o seu patrimônio será destinado à entidade congênere e sediada no Município de Santarém, após o crivo do Ministério Público. **Artigo 45.** Fica eleito o foro da cidade de Santarém, Estado do Pará, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios sobre quaisquer assuntos relacionados com a Fundação. **Artigo 46.** Ficam expressamente ratificados todos os termos relativos ao ato de instituição da FUNDAÇÃO ESPERANÇA, inseridos na escritura publica de sua Instituição e Constituição, lavrada em 10 de fevereiro de 1978, do livro A-2, das notas deste 2º tabelião de Notas, e registrada no 96º Registro de títulos e Documentos de Pessoa Jurídica da cidade de Santarém no Estado do Pará, naquilo que não tenha sido expressamente alterado na presente escritura. Santarém, 01 de junho de 2012. O Presidente José Pinheiro deu por encerrada a reunião de Assembléia Geral às 20h 40min.

  
 PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESPERANÇA

  
 André Luiz Gonçalves Lisboa  
 OAPA - 122217

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
 Pedro Evaldir Ferreira Vieira  
 Eunice Alexandra Ferreira Vieira  
 Substitutos  
 VALIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

**ELIONATO BENTES VIEIRA - 2.º OFÍCIO**  
 15 de Novembro, 237  
 Santarém - Pará  
 tel. (93) 3322-2337  
 fax (93) 3324-1631

**VALIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA**  
 O SELO DE SEGURANÇA  
 004.828.247

**Eunice A. Ferreira Vieira**  
 Escrevente Juramentada  
 CPF: 053.637.468-23

10 JUL 2012

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

2.º Ofício  
Pedro Evair de Ferreira Vieira  
Oficial  
Eunice Alexandra Ferreira Vieira  
Marcus Aurélio C. Vieira  
Substitutos



VALIDO SOMENTE COM  
O SELO DE SEGURANÇA

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Apresentado hoje para registro

Protocolo nº. A-8 sob nº. 26963

**Registro Civil das Pessoas Jurídicas.**

Sob nº. 8393 Livro nº. A-44 Fls.: 215

Santarém (PA) 11 de Julho de 2012

*Eunice Alexandra Ferreira Vieira*

**Eunice A. Ferreira Vieira**  
Escriventa Juramentada  
CPF. 055.557.952-20



**Centrais Elétricas do Pará**

Rodovia Ruyabin Mourão, km 8.6 Belém - PA  
 CEP: 66.823-010 | Insc. Estadual: 150.744.80-3 | CNPJ 04.895.728/0001-80

2ª Via

Conta de Energia Elétrica | Nota Fiscal | Série B 000185473

Nº de Fatura 0201701000185473 | CFOP: 5258/AA

Instalação 105187165

**EMMANUEL SILVA**  
 AV RUI BARBOSA, 2935 APT-501  
 LAGUINHO 68040-000 SANTAREM - PA  
 CPF: 047.726.952-49

Referente ao mês  
**01/2017**

Vencimento  
**13/01/2017**

Conta Contrato  
**105187165**

Para atendimento, informe este número

**Demonstrativo do Faturamento Preço=Tarifa+Tributos**

Descrição	Quantidade	Preço	Valor(R\$)
Consumo	465	0,812215	377,58
Cip-Item Pub Prof Munic			32,18

**Dados da Instalação**

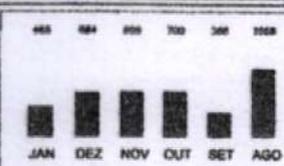
Classificação: Residencial Pleno - TRIFÁSICO  
 Tipo de Tarifa: CONVENCIONAL MONÔMIA  
 Fator de Potência: 0,00 Tensão Nominal (V): 127 V  
 Perdas de transformações(%):

**Datas**

Emissão	Apresentação	Previsão próxima leitura
06/01/2017	06/01/2017	06/02/2017

**Informações do consumo do mês**

Nº Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo	Diás	Constante
13817730	20.857 08/12/2016	21.122 06/01/2017	465	28	1,00

**Histórico do Consumo (kWh)****Informações de tributos**

Tributo	Base de Cálculo	Alíquota	Valor
ICMS	377,58	33,5000%	126,42
PIB	377,58	0,8500%	3,21
COFINS	377,58	4,4133%	16,67

**Número do Programa Social****Composição do Consumo (R\$)**

Componente de Energia	Transmissão	Distribuição(CELPA)
122,91	0,82	101,12
Encaixe Setorial	Tributos	Total (R\$)
33,03	114,76	377,58

**Tarifa sem tributos (R\$)**

2117/2016	465	0,505540
-----------	-----	----------

**Total a pagar: R\$ 409,84****Reaviso de vencimento****Reservado ao Fisco**

Período Fiscal: 06/01/2017

**B3AC.B3A8.B49F.0265.3A1D.E4C0.549D.B49D****Informações para o cliente**

Fatura em nome 122016 377000000 por ordem automática  
 Período: Sand Tarif. Venc: 06/12 - 06/01

**Indicadores de Continuidade**

Código SANTAREM	NOV/2016	Mês	Transmissão		Atual
			Anulado	Manual	
DIC	Nº de horas que o cliente ficou sem energia(horas)	0,00	8,05	16,11	32,23
FIC	Nº de vezes que o cliente ficou sem energia(vezes)	0,00	3,54	17,06	33,18
DMC	Duração máxima em horas condições que o cliente ficou sem energia (horas)	0,00	4,48	8,00	0,00
			EUS/2016		320,84

É direito do cliente solicitar à CELPA os valores apurados do DIC, FIC, DMC e DICRI a qualquer tempo

**Níveis de Tensão Fornecido**

Tensão Nominal(Volt)	Faixa de valores para tensão (V) em V
127	119 a 133
220	201 a 233

Clientes cuja indicação pedida de continuidade tenham sido violados deverão receber uma compensação financeira baseada no custo da energia, conforme critérios definidos no manual de PRODUÇÃO/ANEL.

**DICRI**

Direção de Intervenção Individual em das subestações

Tipo de Intervenção	Área	Tempo Líquido (horas)
MT	MT + Tensão + Tensão	3,77
MT	+ Tensão	12,22

Inscrição sobre a conta paga após o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conforme lei 10438/02) e atualização monetária com base no IGP-M a serem incluídos na próxima fatura

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167.  
 Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) 158.  
 Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) 159.  
 Agência Nacional de Defesa do Consumidor (ANDECON) 160.  
 Agência Nacional de Meio Ambiente (ANAM) 161.  
 Agência Nacional de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (ANUSP) 162.  
 Agência Nacional de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (ANUSP) 163.  
 Agência Nacional de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (ANUSP) 164.  
 Agência Nacional de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (ANUSP) 165.

Conforme Resolução Normativa ANEEL 581/2013 Arts 7º e 8º é seu direito solicitar a qualquer tempo a CELPA o cancelamento de cobrança relativa de outros serviços cobrados na fatura, bem como a emissão de nova fatura sem a cobrança dos serviços cancelados. Ressalta-se que o fornecimento poderá ser suspenso caso os valores referentes aos serviços de distribuição de energia não sejam devidamente pagos.

As informações sobre as condições de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos encontram-se disponíveis para a consulta nas agências de atendimento da CELPA

# Direitos e Deveres

É seu direito receber energia elétrica com qualidade e asseguradas. Ter o serviço de atendimento telefônico gratuito 24 horas

no local onde estiverem instalados os equipamentos de medição.

Nome do Cliente: EMMANUEL SILVA

C.C: 105187165

Unidade de Leitura: 84028010

Competência: 01/2017

Vencimento: 13/01/2017

Valor cobrado (R\$): 409,84

**FATURA ARRECADADA - NÃO RECEBER**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Informações Cadastrais e Financeiras de Imóvel**

Emittido em 19/06/15 às 10:38:53 por Silvia Cristiane dos Santos

**Dados Cadastrais do Imóvel**

Inscrição Imobiliária: 01.16.021.1009.001 Data do Cadastro: 28/05/2008 Data da Última Alteração: 19/06/2015  
Contribuinte: CEPES CPF/CNPJ: 05.409.222/0005-00  
Endereço: TRV TURIANO MEIRA, 2134  
Bairro: INTERVENTORIA

**Base para o cálculo**

Tipo: Casa Área Lote (m2): 78.471,03 Área Lote Inf. (m2):\* 0,00 Área construída (m2): 2.653,00  
Valor do m2 da Construção (R\$): 365,50 Módulo Fiscal: 21 Valor do m2 do Terreno (R\$): 5,00 Unidades neste lote: 1

**Fatores de Correção do Terreno**

Situação: 1.10 - Esquina Topografia: 1.00 - Plano Pedologia: 1.00 - Normal/Firme FCT: 1,10

**Fatores de Correção da Construção**

Alinhamento: 1.00 - Recuada Situação: 0.90 - Conjugada Situação Unidade: 1.00 - Frente Conservação: 0.90 - Bom  
FCE: 0,81

**Categoria das Construções**

Estrutura: 15 - Alvenaria Cobertura: 05 - Cimento / Amianto Forro: 05 - Madeira Inst. Elétrica: 10 - Embutida  
Inst. Sanitária: 10 - Mais de um Paredes: 04 - Alvenaria Piso: 15 - Cerâmica Revestimento: 10 - Reboco

CAT: 74

**Memória de Cálculo**

$IPTU = \text{Valor Venal do Imóvel (VVI)} \times \text{aliquota (0,5\% residencial, 0,6\% comercial ou 1,5\% para lotes sem edificação)}$   
 $\text{Valor Venal do Imóvel (VVI)} = \text{Valor Venal do Terreno (VVT)} + \text{Valor Venal da Edificação (VVE)}$   
 $\text{Valor Venal do Terreno (VVT)} = \text{Área do terreno} \times \text{Valor do m2 do terreno} \times \text{Fatores de Correção do Terreno (FCT)}$   
 $\text{Valor Venal da Edificação (VVE)} = \text{Área construída} \times \text{Valor do m2 construção} \times \text{Fatores de Correção Edificação (FCE)} \times \text{Categoria} / 100$

**Exercício 2015**

V V T .....: 431.590,67  
V V E .....: 597.441,22  
V V I .....: 1.029.031,89  
Aliquota (X) ...: 0,50  
IPTU .....: 5.145,16  
Expediente .....: 13,26  
Serv. Urbanos ..: 99,50  
Crédito .....: 0,00  
Total Devido ...: 5.257,92

**Valor Venal sem FC**

V V T .....: 392.355,15  
V V E .....: 996.732,10  
V V I .....: 1.389.087,25

**Extrato de Débitos**

Exercício	Débito	Valor Lançado	Saldo Devedor	Valor Atualizado	Multa por atraso	Juros de mora	Débito Total
2011	Nenhum	4.959,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	Nenhum	4.959,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	Nenhum	5.149,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	Nenhum	5.176,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	Nenhum	5.257,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		25.503,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\* Área documentada informada pelo contribuinte à prefeitura

Senhores Membros do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Parecer dos Auditores Independentes. A **Fundação Esperança** é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 12 de dezembro de 1977, e tem como objetivo a prestação de serviços nas áreas de Assistência à saúde e educação (nível médio técnico profissionalizante, graduação e pós-graduação), atendendo as pessoas mais carentes, conforme especificado no relatório anual de atividades. O déficit do exercício, no montante de R\$ (124.745,99) foi aplicado nas atividades operacionais da entidade, conforme definidos em lei, e Estatuto Social. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

Santarém, 31 de dezembro de 2016.

FUNDÇÃO ESPERANÇA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		EM R\$ (REAL)	
ATIVO		PASSIVO	
SAÚDE	TÉCNICO	SUPERIOR	SAÚDE
31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16
<b>CIRCULANTE</b>	450.466,16	6.509.960,88	413.576,18
Caixa e Equivalentes Caixa (n 3, c)	72.432,78	1.232.331,30	-
Caixa	8.476,84	5.137,61	42.434,99
Bancos c/Movimento	94.947,22	1.227.193,69	4.884,37
<b>Clientes e Outros Recebíveis (n 3, d)</b>	371.873,98	5.068.536,57	107.083,31
Proced. Anuid. Escol. a Receber	457.572,13	6.560.264,59	55.968,08
Outras Contas a Receber	1.200,00	36.682,40	24.187,54
(-) Perdas Créd. Liq. Duvidosa (n 3, e)	(86.898,15)	(1.528.410,42)	232.434,22
Estoque (n 3, f)	36.533,46	8.700,29	67.270,12
Almostrafado	36.533,46	8.700,29	481.897,07
<b>OUTROS ATIVOS CIRCULANTES</b>	2.821,59	200.392,72	28.297,83
Despesas Antecipadas (n 3, g)	2.252,59	125.388,72	5.190,70
Outros Valores e Bens (n 3, h)	569,00	75.004,00	5.190,70
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	338.891,17	8.075.381,33	584.894,79
Investimentos (n 4, a)	2.027.725,46	8.075.381,33	9.106,36
	2.472,69	-	9.106,36
<b>Imobilizado (n 4, b)</b>	338.088,92	8.023.662,50	62.000,00
Bens em Uso	5.307.725,75	13.534.781,19	62.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(3.282.804,48)	(5.511.118,69)	-
<b>Intangível (n 4, c)</b>	331,50	51.718,83	71.106,36
Intangível	39.289,04	262.549,46	62.000,00
(-) Amortização Acumulada	(38.957,54)	(210.830,63)	9.106,36
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO (n 5)</b>	2.252.775,50	2.252.775,50	14.405.460,21
Edificações - Proep	1.948.702,02	1.948.702,02	14.285.716,68
Equipamentos - Proep	304.073,48	304.073,48	14.405.460,21
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	789.357,33	14.585.342,21	11.810.848,19
	4.627.431,74	18.592.689,93	14.585.342,21
			20.002.131,28
			18.592.689,93

Emmanuel Silva  
Presidente  
CPF 047.726.952-49

Kelly Caroline da Silva Melo  
Contador CRC - PA 017090/O-2  
CPF 948.960.462-34